

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PRINCIPAIS ELEMENTOS DA CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA E DA RENDA
NO BRASIL COM ÊNFASE NA DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DE
TERRAS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para aprovação na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por: Paulo Cezar dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Montibeller Filho

Área de Pesquisa: Economia Brasileira

Palavras-Chaves: 1. Concentração de Renda
 2. Sistema Fundiário
 3. Industrialização Tardia

Florianópolis, abril de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Paulo Cezar dos Santos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Gilberto Montibeller Filho
Presidente

Prof. Eraldo Sérgio Barbosa da Silva
Membro

Prof.^a. Simone Cazarotto
Membro

*Dedico este trabalho a minha família,
base de tudo, pelo amor e pelo incentivo sempre
presente.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UFSC, seus funcionários e professores, e um agradecimento especial ao professor Gilberto, pela sua orientação e pela sempre cordial atenção dispensada. Agradeço também ao meu amigo Silvio, companheiro de jornada, dentro e fora da universidade.

A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, agonia, escravidão, ignorância, brutalidade, degradação mental, no pólo oposto [...].

Karl Marx

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
CAPÍTULO I.....	10
1. PROBLEMÁTICA.....	10
1.1. Introdução	10
1.2. Especificação do problema de pesquisa	11
1.2.1. Justificativa	11
1.3. Objetivos.....	12
1.3.1. Geral	12
1.3.2. Específicos	12
1.4. Metodologia	12
CAPÍTULO II	14
2. A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PESSOAL NO BRASIL ENTRE 1960-1999.....	14
2.1. A década de 60.....	14
2.1.1. A década de 70.....	16
2.1.2. As décadas de 80 e 90.....	16
CAPÍTULO III.....	18
3. A MOTIVAÇÃO DA COLONIZAÇÃO E O INÍCIO DO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DE RENDAS	18
3.1. O monopólio como centro de sistema colonial.....	19
3.2. O contexto para se compreender o modo como se organizam nas colônias as atividades produtivas e as suas implicações sobre os demais setores da vida social... 20	
3.3 O modo de produção no continente americano - século XVI ao século XIX.....	21
3.4. O capitalismo: breve revisão de conceitos e suas fases.....	24
CAPÍTULO IV	26
4. A DIVISÃO DE TERRAS NO BRASIL.....	26
4.1. Antecedentes da lei de terras.....	28
4.1.1. O contexto da lei de 1850	28
4.1.2. Os principais artigos da lei de terras e suas conseqüências	29
4.1.3. A quem realmente serviu a lei de terras.....	31
4.2. A fase da República.....	32
4.2.1. As alterações na legislação fundiária	33
4.2.2. O Estatuto da Terra.....	35
4.2.3. Características da estrutura fundiária brasileira	36
4.3. As relações de trabalho no campo.....	39
4.4. A ocupação das terras nos Estados Unidos da América.....	41
4.4.1. A dinâmica da ocupação e valorização da terra	41
4.4.2. As grandes propriedades	42
4.4.3. Políticas fundiárias nos EUA	43
CAPÍTULO V	45
5. OS PROCESSOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO E A RELAÇÃO CAPITAL- TRABALHO NO BRASIL COMO FATORES DE CONCENTRAÇÃO.....	45

5.1. O café como transformador da sociedade brasileira	46
5.2. A poderosa classe dos cafeicultores	47
5.3. Industrialização: o início da modernização	48
5.4. A influência externa na economia brasileira.....	49
5.5. Passagem do trabalho escravo para trabalho livre	50
5.6. Conjuntura política na queda da monarquia	52
5.7. O Brasil do café-com-leite.....	53
5.8. Terra e poder	55
5.9. Trabalhadores urbanos.....	56
5.10. Industriais.....	56
5.11. A organização da classe operária	58
CAPÍTULO VI.....	60
6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	60
6.1. Conclusão.....	60
6.2. Recomendações.....	63
REFERÊNCIAS	64

RESUMO

O presente trabalho estuda os principais elementos que determinaram a concentração da riqueza e da renda no Brasil. A ênfase na distribuição da propriedade de terras é devido à destacada importância que o sistema fundiário tem como determinante na concentração da riqueza e da renda desde a colonização. A posse da terra é analisada levando em conta a sua condição central no modo de produção introduzido no continente americano. Para um comparativo à questão fundiária brasileira é feita uma análise da ocupação das terras e da política agrária nos Estados Unidos da América. O estudo mostra a era cafeeira no Brasil e sua relação com a passagem do sistema escravocrata para o trabalho assalariado, e com a imigração. Aborda a forte influência exercida pelos grandes fazendeiros na política nacional, no processo retardatário da industrialização brasileira. Em síntese, este estudo procura estabelecer o vínculo entre a colonização baseada na monocultura latifundiária de exportação, a estrutura do sistema fundiário e a industrialização tardia, como sendo os elementos determinantes da alta e injusta concentração da riqueza e da renda no Brasil.

Palavras-chaves: Concentração de renda, sistema fundiário e industrialização tardia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de rendimento da população economicamente ativa no Brasil (1960-1999).....	14
Tabela 2 - Estrutura fundiária do Brasil - ano base 1992.....	36
Tabela 3 - Distribuição de terras nos EUA.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de imóveis por tamanho - ano base 1992	37
Gráfico 2 - Porcentagem de imóveis no total de hectares - ano base 1992.....	37
Gráfico 3 - Porcentagem de conflitos de terra por região -1986-1997	38
Gráfico 4 - Número de conflitos de terra acumulados por região - 1986-1997.....	38
Gráfico 5 - Imóveis improdutivos no Brasil - ano base 1992.....	39

CAPÍTULO I

1. PROBLEMÁTICA

1.1. Introdução

É alarmante a elevada concentração de renda no Brasil, gerando com isso uma característica de nação desigual e distribuição de renda e terra concentrada nas mãos de poucos.

Apesar de ter havido os processos de industrialização e urbanização no país, o progresso econômico continuou e continua (considerando-se que desde o início já era assim) desigual, sem uma oferta mais justa de trabalho, acesso ao emprego e renda para a coletividade.

Sabe-se que o modo capitalista de produção envolve quase a totalidade dos países do mundo, concentrando a renda e intensificando as marcas de uma sociedade excludente.

Nas palavras de Cardoso Jr. (2005), durante o século XX, pelo menos dois movimentos divergentes trouxeram impactos que terminaram culminando na reversão do processo distributivo primário. De um lado, as revoluções socialistas em países como Rússia (hoje capitalista), China e Cuba ousaram não apenas romper com o modo de produção capitalista, mas proceder transferências no estoque de riqueza. Através de mudanças radicais no patrimônio urbano e rural, determinadas camadas privilegiadas pela dinâmica de mercado foram desbancadas de suas posições originais, o que favoreceu a alteração profunda do processo distributivo. Assim, a inversão no processo de repartição da renda foi expressão marcada pela ruptura do modo de produção capitalista, atuando sobretudo sobre o estoque de riqueza e de poder e, por consequência, no fluxo da renda gerada.

De outro lado, nas economias do centro capitalista mundial foi consagrada, desde a Grande Depressão de 1929, a implementação de programas de caráter reformista, cujo resultado conduziu à gradual alteração do perfil distributivo. Sem romper com a dinâmica do modo de produção capitalista, mas através de reformas significativas na estrutura da terra, tributária e social, alcançou-se estágio superior no processo primário de repartição da renda. A conformação de uma estrutura secundária de divisão da renda, construída politicamente por medidas no campo tributário e do gasto social, favoreceu o movimento

de redução das desigualdades de renda, especialmente a distribuição pessoal da renda (CARDOSO JR., 2005).

O Brasil, a nosso ver, é uma das nações que avançou desigualmente no sentido da distribuição de renda, especialmente no tocante a concentração de terras e na distribuição das mesmas.

De acordo com Cardoso Jr. (2005), certamente, a periferia do capitalismo mundial oferece maior complexidade nos elementos que dizem respeito ao comportamento do processo distributivo. São economias que avançaram desigualmente em torno de projetos de industrialização, permanecendo, na maior parte das vezes, economias não maduras, com ausência da estruturação do mercado de trabalho, escassa experiência democrática, além de especificidades mais amplas, como a herança colonial, o passado escravagista, entre outras.

Por conta disso, procura-se, a seguir, analisar uma experiência concreta de evolução do processo distributivo em um país da periferia do capitalismo. O Brasil emerge como marca importante de forte expansão de suas forças produtivas, sem todavia romper com a inércia da concentração distributiva pré-industrialização.

O estudo divide-se em 6 capítulos, onde no segundo aborda-se os principais elementos da permanência da alta concentração de renda no Brasil de 1960 a 1999.

No terceiro capítulo, dividido em dois tópicos, aborda-se primeiramente a motivação da colonização, com enfoque para a expansão comercial e colonial européia, as colônias produtivas, o monopólio como centro de sistema colonial e o modo de produção; no segundo tópico será mostrado um apanhado sobre o capitalismo, seu surgimento, evolução e conceitos.

O quarto capítulo trata da divisão de terras no Brasil, a legislação fundiária e a distribuição de terras nos Estados Unidos da América.

O quinto capítulo aborda os processos de industrialização e a relação capital-trabalho, a cultura cafeeira, a influência externa sobre a economia brasileira, o regime escravocrata e a passagem do regime monárquico ao republicano.

O sexto capítulo é dedicado à conclusão e recomendações.

1.2. Especificação do problema de pesquisa

1.2.1. Justificativa

A extrema desigualdade de renda, que existe hoje no Brasil, é algo que se verifica

desde o início da história do país. Indicadores, como o índice de Gini, mostram que estamos entre as quatro sociedades do mundo com maior concentração de riqueza. Piores que Brasil somente os paupérrimos países africanos, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. O Brasil foi um dos países que mais cresceram no século XX, apresentando uma taxa média de 4,85% a.a., enquanto sua população crescia a taxas menores, por volta de 2,32% a.a. Apesar desse desempenho econômico sensacional, e de um aumento na renda per capita de 2,5% a.a. em média nesse período, os dados sobre a pobreza no país são alarmantes. Os elevados incrementos de renda não foram distribuídos de forma homogênea entre a população. Diante deste cenário, que favorece a poucos em detrimento da maioria dos brasileiros, pergunta-se: quais são as origens da concentração; quais os mecanismos que favoreceram a criação deste padrão distributivo; e por que se mantém sem alterações relevantes?

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

O objetivo geral deste trabalho é compreender as origens da elevada concentração de renda no Brasil.

1.3.2. Específicos

Para alcançar este entendimento, serão analisados temas específicos, que indicam ser os principais elementos de formação do quadro atual de repartição da riqueza brasileira.

São eles:

1. examinar o processo de colonização baseado na monocultura latifundiária de exportação;
2. estudar os motivos da industrialização tardia no Brasil;
3. analisar a posse da terra; e
4. examinar a relação capital-trabalho.

1.4. Metodologia

Tendo como fonte de pesquisa referências bibliográficas e dados, será feita uma

revisão das literaturas já publicadas, buscando recuperar a evolução dos mecanismos da concentração de renda. Com o intuito de obter uma visão global do tema, será feita uma análise dos principais elementos que constituíram o padrão distributivo brasileiro. Como primeiro passo, será feito uma análise das estatísticas sobre renda a partir de 1960, procurar-se-á explicitar conjunturas de alguns momentos na história mais recente do país que favoreceram a permanência, ou intensificaram a desigualdade na distribuição de renda. Como segundo passo, de maneira descritiva será visto como o Brasil se insere no sistema colonial. Como terceiro passo, será feito um estudo a respeito da dotação inicial dos ativos, que estará dividido em duas partes. A parte primeira apresentará uma revisão das condicionalidades da alta concentração da riqueza na colonização baseada na agricultura voltada á exportação. A parte segunda pretende resgatar as condições do desenvolvimento da industrialização brasileira, caracterizada como um processo retardatário de inserção na expansão do capitalismo, e quais implicações tiveram na distribuição da renda nacional. Para isso serão coletados dados, em livros e publicações de órgãos governamentais, como por exemplo, IBGE e INCRA. Através de tabelas e gráficos será feita a ilustração dos dados referentes à estrutura fundiária, além das estatísticas sobre a concentração de renda.

CAPÍTULO II

2. A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PESSOAL NO BRASIL ENTRE 1960-1999

O fenômeno da concentração da renda é algo que se verifica desde o início da história do Brasil. Em obras de autores como Celso Furtado e Caio Prado Junior é possível identificar os relatos da desigual apropriação da renda gerada em solos nacionais desde a colonização. Este capítulo aborda a situação da distribuição da renda pessoal em um período mais recente, entre 1960 e 1999. A partir do capítulo terceiro procura-se mostrar de que maneira foram sendo moldados os elementos que influenciaram na composição do atual quadro da repartição da renda do país.

As estatísticas de renda começam a existir de maneira sistematizada no Brasil a partir de 1960. Desde então, os dados referentes à distribuição da renda pessoal mostram um alto grau de concentração. Nas décadas que se seguiram, o quadro agravou-se, com uma pequena melhora no final da década de noventa em comparação a década anterior (Tabela 1). Esta melhora é pouco considerável, já que na década de oitenta foi registrado o mais alto grau de desigualdade, com o índice de Gini chegando a 0,66 em 1985. O índice de Gini vai de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Tabela 1 – Distribuição de rendimento da população economicamente ativa no Brasil (1960-1999)

Percentis	1960	1970	1980	1985	1990	1995	1999
10% mais pobres	1,9	1,2	1,2	0,9	0,8	1,1	1,2
30% mais pobres	5,9	6,2	6,2	5,3	4,6	5,6	6,2
50% mais pobres	17,4	15,1	14,1	13,1	11,2	13	13,9
30% mais ricos	66,1	71,7	73,2	74,6	76,4	74,5	73,1
10% mais ricos	39,6	46,5	47,9	47,7	49,7	48,2	46,2
1% mais ricos	12,11	14,51	13,5	13,3	13,9	13,4	13,0
Índice de Gini	0,497	0,565	0,592	0,660	0,620	0,592	0,576

Fonte: Elaborada por Cacciamalli, a partir da F.IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, diversos anos.

2.1. A década de sessenta

Nos anos 60, com exceção dos 10% mais ricos, todos os percentis de renda tiveram queda na participação. O coeficiente de Gini elevou-se em quase 14%. Tais fatos e os motivos que os causaram, deflagraram nos anos 70 um intenso debate. De acordo com Cacciamali (2002, p. 410), entre as interpretações divergentes e complementares, pelo menos cinco são importantes ressaltar. São elas: “A primeira liderada por Langoni (1973), postula o efeito de dois mecanismos transitórios e autocorrigíveis ao longo do rápido processo de crescimento econômico no período para explicar o aumento do grau de desigualdade”.¹ O primeiro refere-se às mudanças na composição da força de trabalho, por região, por setor econômico, sexo e, especialmente, na distribuição de escolaridade.

O segundo dizia respeito ao crescimento da demanda por mão-de-obra mais qualificada ao longo do processo de crescimento econômico. Este fato aliado à oferta inelástica de mão-de-obra qualificada teria provocado um desequilíbrio no mercado de trabalho, ampliando de forma desmesurada os diferenciais de salários em favor da mão-de-obra qualificada. O fenômeno ocorreu, em particular, no meio urbano, na região sudeste do país. Conforme a mesma autora (2002, p. 411), Fishlow (1972) tem explicação inversa:

As mudanças nas rendas relativas são mais importantes que aquelas na distribuição da escolaridade para explicar o aumento na desigualdade. Segundo este autor, é a política econômica de intervenção no mercado de trabalho implementada pelo regime militar, que cria condições para que os trabalhadores inseridos no topo da hierarquia ocupacional e salarial possam se apropriar mais da renda gerada. Essa, portanto, seria a origem da abertura do leque salarial. A variável educação, neste caso, não será a causa, mas estará a refletir a concentração prévia dos altos níveis educacionais prevalecentes neste grupo.

Outras interpretações complementares a esta última entraram no debate.

Seguindo a análise Hoffmann e Duarte (apud CACCIAMALI, 2002) e Hoffmann (apud CACCIAMALI, 2002) defenderam a idéia de que a política econômica sobre o mercado de trabalho foi a causa principal da abertura do leque salarial. A política salarial implementada em 1965, foi o que permitiu o aumento do diferencial salarial, já que o reajuste do salário mínimo e dos demais pisos salariais das diferentes categorias profissionais foi abaixo da inflação. Além disso, em 1966 com a eliminação da lei da estabilidade, ocorreu uma alta rotatividade de mão-de-obra, em especial entre os menos qualificados; que também foram impedidos de reivindicar melhores salários, isso devido a

¹ Este estudo constitui a versão oficial sobre a ampliação da desigualdade de renda no Brasil dos governos Médici (1969-1975) e Geisel (1975-1979).

forte repressão imposta sobre seus sindicatos. Para Tavares (apud CACCIAMALI, 2002) e Bacha (apud CACCIAMALI, 2002), o meio pelo qual o leque salarial acontece é o comportamento da alta hierarquia das empresas, os executivos e os profissionais de nível superior em geral, têm condições de determinar seus salários em níveis relativamente altos, pois suas rendas derivam dos lucros das empresas, que apresentaram uma expansão significativa neste período. Para finalizar, Morley et al. (apud CACCIAMALI, 2002) expõe a seguinte tese: “A constituição e o fortalecimento de mercados internos de trabalho no setor da economia durante este período influenciaram a fixação de salários maiores entre os trabalhadores desses mercados e os demais”.

2.1.1. A década de setenta

Na década de setenta, continuou a tendência concentradora, porém de forma menos intensa. Com altas taxas de crescimento econômico e com a expansão do emprego urbano tornou-se possível ganhos reais em todos os extratos de renda. Tanto neste período como no anterior, apresenta os grupos mais elevados, em especial os 10% mais ricos, com crescimento de renda a taxas superiores aos demais. Os setores modernos da economia deixam de aplicar a política oficial de indexação salarial.

O movimento sindical se organiza no país, principalmente após 1976 na região Sudeste. A partir daí, até os anos oitenta, os sindicatos conseguem com sucesso reajustes maiores para os extratos inferiores da camada salarial. Isso fez com que, neste período, os salários tivessem um distanciamento menor. Entre os anos de 1960 e 1970, a maior intensidade no aumento do coeficiente de Gini foi entre a população economicamente ativa de setor urbano. Na década seguinte, isso acontece no setor primário, resultado da aceleração do processo de modernização da agricultura. Desta forma gera-se no campo o aumento de pessoas economicamente ativas na base do mercado de trabalho rural, ou seja, recebendo rendimentos pequenos, evidenciando a tendência a aumentar o grau de desigualdade neste setor.

2.1.2. As décadas de oitenta e noventa

Durante os anos 80 até o início dos anos 90, a concentração de renda segue um processo de elevação. Altas taxas de inflação aumento do déficit público, elevada instabilidade econômica, além de instabilidade e mudanças constitucionais, são as marcas

deste período. A década de 80 inicia-se com uma recessão profunda, aumento do desemprego, e desorganização do mercado de trabalho. No período 1981-83 é implementada uma política recessiva que visava reorientar a estrutura produtiva para o setor exportador, pois se fazia necessário à geração de divisas devido a crise da dívida externa, que foi provocada pelo segundo choque do petróleo e pela elevação dos juros derivada da política monetária dos EUA. O objetivo principal do governo foi alcançado, mas em contra partida, ocorre um grande aumento do déficit público e as taxas anuais de inflação atingiram a casa dos três dígitos.

No final de 1983, impulsionada pela indústria, a economia volta a crescer, o emprego e os salários se recuperam. Foi significativo o crescimento do emprego na década de oitenta, levando em conta a instabilidade econômica, as altas taxas de inflação e a redução dos investimentos públicos. Por conta desse quadro, no período 1981-1990, a produtividade média total da economia teve uma queda na ordem de 12%. Da mesma forma que a década anterior, os anos noventa começam com recessão profunda (1990-92), desorganização no mercado de trabalho e aumento no desemprego. Porém, neste período, o que se apregoava era o controle da inflação e a desindexação do sistema de preços, com diminuição das tarifas alfandegárias, ou seja, um processo de maior abertura da economia. As medidas de controle da inflação não surtiram o efeito desejado.

A abertura comercial foi bem sucedida, e refletiu-se na indústria, que após passar por um momento de passividade, reduzindo custos, reage e implementa um profundo processo de reestruturação produtiva. E como de costume, são os setores e cadeias produtivas orientadas para a exportação que tem especial destaque nessa reestruturação. A partir de 1993 a economia volta a crescer, porém ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas no nível de emprego em relação aos períodos anteriores: a ocupação total cresce a níveis relativamente inferiores; o emprego industrial e formal decresce; os empregos assalariados informal – contratos sem carteira assinada – e o trabalho por conta própria se expandem. Verifica-se ao longo deste período um crescimento dos índices de desigualdade. Os estratos superiores da população foram favorecidos pela inflação e pelos sistemas de indexação. A instabilidade e a perda de produtividade na economia brasileira, também corroboraram com a transferência de renda que beneficiou as camadas mais ricas da sociedade. E isto se explica pelo expressivo crescimento das ocupações em atividades de pouca produtividade e baixos salários.

CAPÍTULO III

3. A MOTIVAÇÃO DA COLONIZAÇÃO E O INÍCIO DO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DE RENDAS

Os três primeiros séculos da história do Brasil estão intimamente ligados à expansão comercial e colonial europeia. O Brasil fazendo parte do império ultramarino português reflete no longo período de sua formação colonial, os problemas e mecanismos conjunturais da política imperial lusitana; isso dentro de um amplo quadro de competição entre as várias potências em busca do equilíbrio europeu.

[..] desta forma, é na história do sistema geral de colonização europeia moderna que devemos procurar o esquema de determinações dentro do qual se processou a organização da vida econômica e social do Brasil na primeira fase de sua história, e se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro (NOVAIS, 1985, p. 47).

A colonização da época moderna surge como um desdobramento da expansão marítimo-comercial europeia, aliada a formação de Estados do tipo moderno (Estado centralizado). O Estado centralizado é que vai propiciar a mobilização dos recursos necessários para o prosseguimento da expansão ultramarina comercial e colonial; que no seu reverso fortalece o Estado metropolitano. Podemos então identificar os dois elementos essenciais para a compreensão do modo de organização e dos mecanismos de funcionamento do antigo sistema colonial: devido à expansão da economia mercantil europeia, e o respectivo acúmulo de capitais, e estes capitais procurando aplicação neste comércio, faz com que toda atividade econômica colonial seja direcionada de acordo com interesses da burguesia comercial da Europa; e como resultado da mobilização econômica coordenada pelos novos Estados modernos, as colônias se transformaram em um instrumento de poder das metrópoles.

É entre os séculos XV e XVII que ocorre a unificação e centralização dos velhos reinos medievais para a forma moderna de Estado. Neste período, Portugal, Espanha, Países Baixos, França e Inglaterra, se lançam à conquista de seus impérios coloniais, tornando mais aguda as tensões políticas pela partilha (exploração) do mundo colonial. Para completar o quadro no qual se desenrola a história da colonização e do sistema colonial, temos a política mercantilista como elemento essencial.

A política econômica do mercantilismo ataca simultaneamente todas as frentes, preconizando a abolição das aduanas internas, tributação em escala nacional, unidade de pesos e medidas, política tarifária protecionista, balança comercial favorável com conseqüente ingresso do bulhão, colônias para complementar a economia metropolitana. A política mercantilista, conforme a clássica análise de Heckscher visava à unificação e o poder do Estado (NOVAIS, 1985, p. 51).

Deve-se observar que é a partir da implementação da política econômica do mercantilismo que são criadas as condições de enriquecimento da burguesia mercantil e de seu fortalecimento dentro da sociedade européia.

3.1. O monopólio como centro de sistema colonial

Diante das linhas gerais do mercantilismo é que desenvolvido o sistema de colonização. Devido a isso, a preocupação inicial dos Estados colonizadores é de resguardar a área de seu império colonial em relação às outras potências; o comando da administração estará situado na metrópole e a questão fiscal dominará todo o aparelho administrativo. Mas, o centro do sistema, é o monopólio do comércio colonial. E a política do sistema colonial, é toda direcionada para manter esse privilégio em favor do Estado ou a classe mercantil da metrópole ou parte dela.

De acordo com Novais (1985, p. 51):

O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem ao estímulo que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido.

E com a exclusividade da aquisição dos produtos coloniais, a burguesia mercantil metropolitana pode forçar o achatamento dos preços até o limite da viabilidade econômica de sua produção; a revenda, a preço de mercado, na metrópole ou em outros lugares, cria uma margem de lucro de monopólio para os mercadores intermediários, sendo que, se os produtos coloniais forem vendidos no próprio mercado consumidor metropolitano, serão transferidas rendas da massa da população metropolitana e também dos produtores coloniais para a burguesia mercantil. Se forem vendidos em outros países, trata-se de ingresso externo apropriados pelos mercadores metropolitanos. Da mesma forma, adquirindo à preço de mercado, na própria metrópole ou no mercado europeu, os produtos de consumo colonial, e revendendo-os na colônia com preços de monopólio, ocorre novamente a apropriação de lucros extra-ordinários pelo grupo privilegiado.

Num e noutro sentido uma parte significativa da massa de renda real gerada pela produção da colônia é transferida pelo sistema de colonização para a metrópole e apropriada pela burguesia mercantil; essa transferência corresponde às necessidades históricas de expansão da economia capitalista de mercado na etapa de sua formação. Ao mesmo tempo, garantindo o funcionamento do sistema, face às demais potências, e diante dos produtores coloniais e mesmo das demais camadas da população metropolitana, o Estado realiza a política burguesa, e simultaneamente se fortalece, abrindo novas fontes de tributação. Estado centralizado e sistema colonial conjugam-se pois para acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil europeia (NOVAIS, 1985, p. 52).

O regime de monopólio do comércio remonta as primeiras etapas da expansão marítima do século XV. A corte portuguesa firmou tratados com chefes locais do Oriente, e as empresas particulares operavam através de negociações com o monarca português. Dentro dessa estrutura monopolista do sistema colonial é que nasce a colonização agrícola do Brasil. Setores como o do pau-brasil e sal, são explorados diretamente pela Coroa, enquanto que o grande comércio açucareiro, fica dentro do monopólio da classe mercantil portuguesa.

3.2. O contexto para se compreender o modo como se organizaram nas colônias as atividades produtivas e as suas implicações sobre os demais setores da vida social

A expansão da economia europeia ao passar para atividade propriamente colonizadora tratou de organizar uma produção adaptada aos interesses monopolistas. Ajustado às necessidades da procura europeia, a produção colonial agrícola do século XVI se fez no intertrópico americano, devido a sua posição geográfica, servindo assim de complemento a agricultura temperada da Europa. A região temperada do continente americano, só no século XVII é que será colonizada, e por estímulos inteiramente diversos, daí resultando uma nova modalidade de colônia. Na América espanhola, desde logo foi implantada a mineração de metais nobres, onde isso não foi possível, a colonização se especializa na produção de produtos agrícolas tropicais. Dentre os produtos, o açúcar ocupava no início do século XVI uma excepcional posição no mercado europeu. Cultivado nas ilhas portuguesas do Atlântico, refinado em Flandres e comercializado pelos flamengos em toda a Europa, principalmente o Báltico, a França e a Inglaterra, a procura do açúcar aumentava devido ao desalojamento de antigos centros de oferta (Sicília), e pela elevação geral do nível de renda da população da Europa nesta fase do desenvolvimento.

Para Portugal a cultura da cana e a produção do açúcar no nordeste brasileiro, uma

região quente e úmida, torna-se a solução para valorizar economicamente a colônia, integrando-a ao comércio europeu, e com seu povoamento e efetiva ocupação, auxiliar a sua defesa frente às outras potências coloniais. Em 1532 o rei de Portugal anuncia a criação das donatarias, e assim se inicia na América portuguesa as cessões territoriais. Os donatários que recebiam as capitânicas hereditárias podiam e deviam ceder terras em nome do rei, as “sesmarias”, para que implantassem a cultura da cana e a produção do açúcar para o comércio europeu. Posteriormente o algodão, o tabaco, e outros produtos tropicais também serão produzidos em todas as colônias da América (portuguesa, espanhola, francesa, inglesa). A economia colonial se desenvolverá sempre em torno de uma monocultura especializada, ou da mineração, em complemento a produção européia.

A economia colonial, quando encarada no contexto da economia européia de que faz parte, que é o seu centro dinâmico, aparece como altamente especializada. E isto mais uma vez se enquadra nos interesses do capitalismo comercial que geraram a colonização: concentrando os fatores na produção de alguns poucos produtos comerciáveis na Europa, as áreas coloniais se constituem ao mesmo tempo em outros tantos centros consumidores dos produtos europeus. Assim se estabelecem os dois lados da apropriação dos lucros monopolistas (NOVAIS, 1985, p. 58).

Desta forma a apropriação dos lucros monopolistas ocorre tanto na compra do produto colonial e posterior venda no mercado europeu quanto na venda dos produtos originários da metrópole nas colônias. Sendo sempre produtos complementares, nunca similares ou concorrentes.

3.3. O modo de produção no continente americano – século XVI ao século XIX

O sentido geral do sistema colonial é o de organizar a produção de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos ampla margem de lucratividade. Para isso fazia-se necessário estabelecer nas colônias, regimes de trabalho necessariamente compulsórios, semi-serviis ou propriamente escravistas. A utilização do trabalho livre, mais produtivo e conseqüentemente mais rentável em economia de mercado, ficava impossibilitado de aplicação devido à abundância de terras nas colônias. Seria impossível evitar que trabalhadores assalariados optassem por apropriarem-se de uma gleba e produzissem sua própria subsistência. Por certo, disto resultaria numa produção não vinculada ao centro dinâmico metropolitano, mas sim na transferência de parte da população européia e na formação de núcleos independentes de economia de subsistência, em absoluta contradição com o que a economia européia em expansão exigia. É dentro

dessa ordem que renasce na época moderna, no mundo colonial, a escravidão e diversas formas servis e semi-servis de relações de trabalho, e isso justamente, quando na Europa ocorre o sentido contrário, que é a difusão cada vez maior do trabalho assalariado.

O problema das relações de trabalho, fator essencial no sucesso da empresa colonizadora, perturbou a consciência europeia na época do antigo sistema colonial.

O escandaloso paradoxo do renascimento da escravidão em pleno bojo da civilização cristã desencadeou toda uma série de racionalizações, cada qual mais sutil, tendentes a aquietar a piedade cristã e velar a crueza chocante da realidade colonial-escravista (NOVAIS, 1985, p. 60).

Várias tentativas foram feitas para aliviar ou extinguir o trabalho compulsório, impedir a escravidão ou servilização dos ameríndios. Porém o sistema impunha limites e a margem para alternativas era relativamente pequena em relação ao processo de colonização mercantilista.

Na América portuguesa, a visão paradisíaca do indígena, foi abandonada a partir do momento que iniciou a valorização econômica através da implantação da economia açucareira. O colonizador português impõe o trabalho compulsório ao ameríndio na instalação da grande lavoura. Porém com a resistência dos nativos e oposição dos jesuítas, e com a necessidade de dispor de mão-de-obra regularmente, torna-se clara a opção pelo tráfico negreiro, que organizado de forma empresarial apresentava lucratividade aos colonizadores nos dois lados do atlântico. O tráfico negreiro, como um setor da economia colonial, teve excepcional importância, pois seu funcionamento garantia a elaboração dos produtos coloniais. Em torno do tráfico negreiro desencadeava-se uma competição extremamente agressiva entre as potências. Isto porque quem tivesse o controle desse negócio assegurava, até certo ponto, a hegemonia colonial.

A Espanha não tinha entrepostos na costa africana, e dependia do abastecimento de escravos negros feito por empresas estrangeiras. Devido a isso, durante todo o período colonial, o trabalho indígena predominou. Os grupos indígenas na América espanhola, tinham nível cultural mais elevado e viviam em comunidades com maior densidade demográfica. O Estado espanhol era contra a escravização pura e simples dos silvícolas, pois a intenção era torná-los súditos da Coroa e objeto missional da Igreja. Entretanto, a exploração compulsória do trabalho indígena, feita no início da colonização através do sistema de “encomiendas” e “repartimientos”, ocasionou a rápida dizimação da população pré-colombiana, especialmente na Hispaniola (ilha de S. Domingos). Com a expansão da colonização para o continente, acentuaram-se as contradições entre a consciência da obra

missional e a aspereza da empresa indiana. A empresa mineradora não deixa espaço para hesitações e a colonização é compelida a praticar regimes rigorosamente servis (a mita e o cuatequil).

Por esse regime, o Estado transfere (“encomenda”) aos colonos e cobrança de tributos que, como súditos da Coroa, os indígenas deviam pagar; como a cobrança podia ser em prestações de trabalhos, abria-se caminho para a servilização (o “encomendeiro” ficava obrigado a proteger, cristianizar, civilizar, etc., os indígenas).

A Inglaterra surge como potência colonizadora no início de século XVII. O regime de trabalho adotado pelos ingleses ficou conhecido como *indented servants*, que consistia numa espécie de servidão temporária de trabalho em pagamento pelo transporte que lhe era propiciado pelas companhias inglesas de comércio e colonização. Também aqui fica evidente a necessidade de trabalho compulsório inerente á colonização do mercantilismo. O sistema *indented* mostrou-se ineficiente para prover a mão-de-obra requerida à economia colonial. Na medida em que a cultura do tabaco se apresentava como produção tipicamente colonial para o mercado europeu, sobrepõe-se com mais intensidade o trabalho escravo africano. Nas colônias inglesas das áreas temperadas da América setentrional, desenvolveu-se um tipo de colonização inteiramente diverso, baseado nas colônias de povoamento. Este fenômeno, qualitativamente distinto do que foi visto anteriormente, foi possível graças às condições bem específicas da formação do Estado moderno inglês. Sucessivas crises político-religiosas, e o movimento dos enclosures que tiveram como consequência a migração rural-urbana, que deu origem a excedentes de mão-de-obra subempregada e desempregada. Esse excedente contingencial humano atravessa o Atlântico e organiza na Nova Inglaterra uma vida econômica que não se orienta essencialmente para a metrópole, diferentemente das demais colônias. Contrastando radicalmente com os elementos estruturais das colônias ajustadas ao sistema mercantilista, as colônias de povoamento apresentavam baixo nível de produtividade na primeira fase, produção diversificada para consumo interno e trabalho livre de pequenos proprietários.

Portanto, segundo Novais (1985), é através do escravismo, do tráfico negreiro e das várias formas de servidão que se forma o eixo em torno do qual se estrutura a vida social e econômica do continente americano valorizado para o mercantilismo europeu. As linhas gerais do sistema estão alicerçadas em uma estrutura agrária fundada no latifúndio estreitamente ligada ao escravismo, e a produção organizada em grandes empresas, condição necessária para se chegar à rentabilidade exigida ao grande investimento. Como resultado, a economia colonial assume um caráter predatório, cíclico no espaço e no tempo,

e com atraso tecnológico. “A sociedade se estamentiza em castas incomunicáveis, com os privilégios da camada dominante juridicamente definidos, que de outra forma seria impossível manter a condição escrava dos produtores diretos” (NOVAIS, 1985, p. 61).

Em síntese, esta é a estrutura fundamental do sistema de colonização da época mercantilista, no qual o Brasil – Colônia se enquadra perfeitamente. É do conhecimento dessa estrutura básica que devemos partir para compreender a evolução da sociedade brasileira, em todos os seus níveis, durante a sua formação colonial, e nos seus prolongamentos e resistências até os nossos dias.

3.4. O capitalismo: breve revisão de conceitos e suas fases

De acordo com Koogan/Houaiss (s.d., p.162):

Capitalismo é um estatuto jurídico e regime econômico de uma sociedade humana caracterizado pelo grande desenvolvimento dos meios de produção e sua operação por trabalhadores que não são proprietários dos mesmos. Na terminologia marxista, regime econômico, político e social que procura sistematicamente a mais-valia graças a exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção e de troca.

Ou seja, tendo base a propriedade privada dos meios de produção, seu principal objetivo é o lucro, as decisões de investimento de capital feitos pela iniciativa privada com a produção, distribuição e troca dos bens, serviços e mão-de-obra são afetadas pelas forças da oferta e da procura. O capitalismo, com esta denominação surge com a Revolução Industrial inglesa e as chamadas revoluções burguesas, Independência dos EUA e Revolução Francesa. Apesar da propriedade privada já estar presente em períodos anteriores da história, foi a partir dessas revoluções liberais que o capitalismo se estabeleceu como sistema econômico. A evolução do capitalismo é dividida em três fases: capitalismo comercial ou pré-capitalismo, capitalismo industrial e capitalismo financeiro ou monopolista.

O Capitalismo Comercial ou Pré-Capitalismo ocorre com as Grandes Navegações quando Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda conquistaram novos territórios e fundam suas colônias de exploração e povoamento. Foi através do Pacto Colonial que se definia as regras econômicas desta fase. Por essas regras as colônias ficavam obrigadas a manter relações comerciais somente com a metrópole. Desta forma surgiu a primeira divisão internacional do trabalho caracterizada pelo envio de matérias primas das colônias para as metrópoles e de produtos manufaturados das metrópoles para as colônias.

O Capitalismo Industrial compreende o período que se estende do século XVIII ao século XX, é marcado pela Primeira e Segunda Revolução Industrial. Período também conhecido como Imperialismo, quando foi feita a partilha da África e da Ásia entre as potências européias, que com expansão crescente de sua indústria necessitavam de fornecedores de matéria-prima e novos mercados de consumo para os produtos industrializados. Nesta fase muitas colônias da América conseguiram sua independência. A divisão internacional do trabalho mudou pouco nesta fase em relação ao anterior, apenas as metrópoles ficaram mais industrializadas, e o trabalho assalariado se consolidava separando claramente os possuidores dos meios de produção e a massa de trabalhadores. O nascimento da indústria moderna significou o surgimento de duas novas classes sociais: a classe do operariado ou proletariado, que vendia sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção, a classe da burguesia industrial. Esta última com o passar do tempo se tornou a classe social e o grupo econômico mais importante e forte da sociedade, passando a ter muito poder político, influenciando os governos na administração de seus países em prol de seus interesses. Neste período nos países do centro do capitalismo ocorre uma grande urbanização provocada pelo crescimento da indústria e conseqüentemente pela ampliação dos empregos nas cidades atraindo a população do campo.

Capitalismo Financeiro ou Monopolista que é a fase atual se desenvolveu principalmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O sistema bancário e grandes corporações tornaram-se dominantes e passaram a controlar as atividades econômicas. É a união do capital industrial com o capital de financiamento (bancário), dando origem ao capital financeiro, caracterizado pelos mercados de capitais negociados em bolsas de valores. A partir do começo do século XX, com a concorrência entre os capitalistas cada vez maior, inicia-se um processo de fusões e incorporações fazendo com que o capital torne-se mais concentrado, evidenciando os monopólios e depois a oligopolização de vários setores da economia. Com a crise de 1929, decorrente da quebra da Bolsa de Nova York, o liberalismo econômico é deixado de lado e o estado passa a intervir diretamente na economia e assume um duplo papel como agente econômico: como empresário proprietário de empresas (estatais) e o de planejador. Por volta de 1980 o capitalismo conhece uma nova onda, o neoliberalismo que prega a desregulamentação da economia e privatização das empresas estatais, diminuindo assim a ingerência do estado na economia.

CAPÍTULO IV

4. A DIVISÃO DE TERRAS NO BRASIL

De acordo com Prado Jr. (1992) a divisão das terras brasileiras tem início com a necessidade da coroa portuguesa de garantir a sua posse na nova colônia. Desta forma fazer frente as constantes invasões, principalmente de invasões francesas.

O fato de Portugal não possuir um contingente populacional suficiente para promover a povoação em massa, e a atratividade do comércio com o oriente, que estava no seu apogeu, fizeram com que o reino Português oferecesse grandes vantagens aos que concordassem em colonizar a nova terra.

Apesar das diversas regalias oferecidas, foram poucos os pretendentes. Apenas 12 indivíduos se candidataram, sendo todos de pequena expressão social e econômica. A estes indivíduos foi outorgado poderes de soberano, cabendo a eles nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. Já as despesas de transporte e estabelecimento dos colonizadores seriam por conta deles. O Brasil então foi dividido em 12 setores lineares, chamados de capitânias, com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas.

Assim, os donatários, senhores das capitânias hereditárias tinham o direito de repartir e distribuir parte desses territórios, as sesmarias, a outros que lhes interessasse ou para viabilizar o aumento da exploração. O regime de concessão de sesmarias, primeiro critério de distribuição do solo no Brasil, nada mais foi do que a transposição da norma reguladora do processo de distribuição de terras em Portugal, para os solos coloniais.

O interesse primordial do processo de colonização portuguesa era a exploração extensiva do território, com a finalidade de explorar recursos naturais, especialmente o ouro. Durante todo o século XVI não ocorreu nenhuma descoberta de metais preciosos na colônia, frustrando os propósitos da Coroa. No entanto, desde o princípio, havia a percepção que a empresa colonial poderia auferir ganhos com atividades que não fossem a exploração dos recursos minerais.

Os portugueses dominavam plenamente a técnica do plantio de cana e da fabricação do açúcar. Produto esse de grande valor comercial fazendo com que a política lusitana para a sua colônia na América, fosse toda direcionada para a sua fabricação. No século XVI e XVII, a economia da colônia foi baseada plenamente no cultivo da cana e na produção do

açúcar em larga escala para abastecer o mercado europeu. Sendo o mercado externo o motivador da produção colonial, não havia interesse em construir na colônia uma produção de pequeno porte e de caráter diversificado. Desta forma, verificasse a fidelidade do sentido original da colonização do século XVI, que era de caráter absolutamente mercantilista, sem incentivo a pequena propriedade.

A partir do século XVIII, com a descoberta das minas gerais, a situação reverterse. Verificasse um enorme crescimento da colônia, um grande ciclo migratório, com a ampliação da economia. Com o ciclo do ouro acontece uma dinamização de outros setores da economia, como a produção de alimentos e tráfico interno de mão-de-obra.

A reivindicação pela terra se dissemina cada vez mais, e a política de doação por meio de sesmarias fazia-se insuficiente às novas necessidades sociais. A situação da ocupação do território tornasse ainda mais complicada no final do século XVIII, quando ocorre a decadência da mineração, e que acontece o período denominado de renascimento da atividade agrícola.

No início do século XIX, a questão da posse da terra tinha alcançado uma situação caótica – não existia um ordenamento jurídico que possibilitasse qualificar quem era ou não o proprietário de terras no país. Todas estas tensões que vinham sendo gestadas se dispuseram quanto força política no início do século XIX (PINTO, 2004, p 2)

A primeira mudança na legislação agrária no Brasil se deu com a vinda de Dom João VI, com o decreto de 1808, permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros, marcando o início da imigração. Os colonos vindos de diversos países da Europa instalaram-se no sul do país e iniciaram o processo de formação de pequenas propriedades agrárias. Essa conduta dos colonos estrangeiros só foi possível graças ao sistema de posse, pois esse era o único meio simples e direto de obtenção de terras para aqueles que não dispunham de recursos. Apropriando-se de terras não cultivadas e aí trabalhando adquiriam direitos sobre as mesmas.

Com a chegada da família real no Brasil ocorre uma redefinição do quadro político da sociedade brasileira. É um período de lutas ideológicas, de conflitos políticos, de diferentes camadas sociais movimentando-se, resistindo, pressionando e adaptando as leis aos seus interesses mais urgentes. Os proprietários de terra deste período formavam um grupo social de grande poder econômico, procuravam neste novo cenário político, os espaços que garantissem acima de tudo, a manutenção de seus interesses.

Em meados do século XIX grandes transformações sociais ocorrem no país. A luta

dos negros escravos acentua-se e multiplicam-se os quilombos. As pressões internas e externas contra o tráfico de negros da África se intensificam. Internamente, setores liberais da classe média com vocação republicana, também se opunham a escravidão e lutavam pelo seu fim. A coroa, preocupada com as pressões e percebendo que seria inevitável a libertação dos escravos, tratou de legislar sobre a aquisição de terras no Brasil.

4.1. Antecedentes da lei de terras

Os primeiros 50 anos do século XIX foram anos de grandes disputas políticas entre facções da sociedade com projetos políticos antagônicos. A lei de terras de 1850 foi o ponto alto desse conturbado processo onde prevaleceu a sustentação dos interesses dos agentes que sempre tiveram papel fundamental na organização social e política do Estado brasileiro, ou seja, dos proprietários de terras.

Devido a grande confusão que existia em matéria de título de propriedade, o novo código de terra estabeleceu entre o Estado e os proprietários um novo espaço de relacionamento que se tornou de fundamental importância no processo pela consolidação do Estado nacional.

4.1.1. O contexto da lei de 1850

Para pensarmos a lei de terras de 1850 é preciso analisar o contexto geral das mudanças sociais e políticas que aconteceram até a metade do século. Na Europa nesses 50 anos países como França e Inglaterra, experimentaram um grande processo de modernização tanto política como econômica. Tornaram-se as grandes potências mundiais e viviam a euforia da sociedade capitalista. Neste cenário de desenvolvimento capitalista, a política de terras em diversas partes do mundo passa por um processo de reavaliação.

No século XIX a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem. A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro tanto por seu caráter específico quanto pela sua capacidade de produzir outros bens. Procurava-se dar a terra um caráter mais comercial, e não apenas de status social, como fora típico nos engenhos do Brasil colonial (PINTO, 2004, p.5).

No Brasil o café toma o lugar do açúcar como motor da economia agrária. Os barões do café se deparam com dois grandes problemas: a legalização da propriedade agora com caráter rentável e a obtenção da mão-de-obra. A proibição do tráfico de

escravos era uma realidade (1830), e temia-se que em pouco tempo houvesse a carência da mão-de-obra para a lavoura. Diante desse panorama, a lei de terras não surge como solução total, mas é evidente que ganha força no debate sobre o fim do tráfico.

Nessa época no continente europeu, agravavam-se as tensões sociais, com uma crise generalizada no campo devido a escassez de terras e a existência de grande contingentes de camponeses sem terra. Surge então no Brasil o incentivo a imigração européia objetivando a substituição de trabalhadores escravos por homens livres. A questão era definir como seria a incorporação dos novos colonos na sociedade brasileira.

Sabia-se previamente que não era do interesse dos produtores de café em concorrer com novos potenciais produtores:

[...] era preciso deixar claro que os colonos viriam para o Brasil para servirem as necessidades da produção existente de café. Desta forma, a única maneira de afastar a curto prazo os colonos da propriedade da terra era valorizando-a e tornando-os debilitados de possuí-las (PINTO, 2004, p. 5).

Assim, o encarecimento da terra, a valorização artificial da propriedade, não só alijava os estrangeiros, mas também os escravos libertos de adquirirem um pedaço de chão, obrigando-os a servirem de mão-de-obra barata nas grandes fazendas. Foi nesse contexto que em 18 de setembro de 1850 Dom Pedro II promulgou a lei nº 601, a primeira lei de terras no Brasil e que foi normatizada em 30/01/1854 sob o decreto 1318, pelo qual definiu a forma como seria constituída a propriedade de terras. Até então os usuários detinham apenas concessão de uso, a propriedade legal era reservada a coroa.

4.1.2. Os principais artigos da lei de terras e suas conseqüências

Art. 1º. Ficam proibidas as aquisições das terras devolutas por outro título que não seja o de compra. E situam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em zonas de dez léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

No art. 2º o legislador proíbe a invasão de terras públicas e particulares, as queimadas, e estabelece penalidades para quem o fizer.

As terras devolutas são definidas no artigo 3º.

Art. 3º. São terras devolutas:

§1º - as que não se acharem aplicadas a algum caso público nacional provincial ou municipal.

§2º - as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem

forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§3º - As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta lei.

§4º - As que não se acharem ocupadas por posse que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei.

A principal consequência social da lei de terras de 1850 foi a de manter os pobres e os negros afastados das propriedades de terra devido a impossibilidade destes pagarem pelo título de compra das terras. Por outro lado legalizou como propriedade privada as grandes extensões de terra na forma de latifúndio. De que maneira isto aconteceu? Todos os antigos concessionários da coroa, a partir da vigência da nova lei apresaram-se em chegar aos cartórios ou as casas paroquiais que mantinham registros, e pagando certa quantia legalizavam suas posses.

A lei determinava que somente pudesse ser considerado proprietário, aquele que legalizasse suas terras em cartórios oficiais mediante pagamento de certa quantia em dinheiro a coroa. De acordo com a lei terras que não tivessem nenhum tipo de cultivo eram consideradas devolutas pertencendo ao Estado. Porém, os grandes proprietários que ocupavam terras que assim se enquadravam não as entregavam de forma pacífica, fizeram uso do poder local, da propina e dos conchavos políticos para manter e também para aumentar o tamanho de seus domínios territoriais.

Quanto às posses irregulares a lei teve que remediar. A lei previa que sesmeiros irregulares e posseiros se transformariam em proprietários de pleno direito de uso, mas não de venda da terra. Todavia, através do seu poder de influência na sociedade esses proprietários obtiveram a efetivação de suas propriedades, ou seja, sesmeiros e posseiros com registros irregulares de posse procuravam auxílio dos grandes latifundiários para legitimar as suas propriedades. Com isso criou-se uma situação de subordinação dos posseiros aos grandes latifundiários.

O pequeno proprietário também foi prejudicado pela cobrança de impostos territoriais, impostos que foram criados para reforçar os recursos do Estado imperial e para desestimular os grandes latifúndios improdutivos. Na prática isto nunca funcionou, pois os grandes proprietários nunca pagaram seus reais encargos públicos, pois durante a história sempre estiveram intimamente ligados ao poder estatal. Observa-se pelo exposto, que a lei acabou servindo para legalizar o latifúndio improdutivo não atingindo um de seus objetivos

básicos, a demarcação das terras devolutas. Isso aconteceu por dois motivos: primeiro porque deixou a cargo dos ocupantes das terras a iniciativa do processo de delimitação e demarcação, o que facilitou muito a mobilidade das cercas e o conseqüente aumento do tamanho da área ocupada. Somente após os particulares declararem ao Estado a medição e demarcação das terras ocupadas é que o Governo deduziria o que restara para promover a colonização. O segundo motivo foi que a lei deixou dúvidas quanto à proibição da posse. Apesar de constar no Art. 1º, outros artigos levavam a entender que a “cultura efetiva e morada habitual” garantiriam qualquer posseiro, em qualquer época, o direito de propriedade das terras ocupadas. “A combinação desses dois elementos teve como conseqüência que a lei servisse, no período de sua vigência e até bem depois, a regularizar a posse e não a estancá-la” (SILVA, 2004, p. 2).

Os desdobramentos do efeito da lei de 1850 não seriam necessariamente negativos caso não tivessem beneficiado quase que exclusivamente os grandes proprietários rurais e, ao contrário, servissem para democratizar o acesso a terra. Isso em parte devido ao caráter decisório centralizador da forma de obtenção da propriedade no Brasil. Se antes era o imperador que decidia a quem doar as terras, agora era a junta do imperador que tinha o controle absoluto para conceder uma propriedade, para quem e a que preço vender as terras.

4.1.3. A quem realmente serviu a lei de terras

É necessário ressaltar que no período anterior a lei de terras, os proprietários rurais não eram um grupo coeso, não tinham os mesmos interesses, tanto que mudavam de posição conforme as conveniências do partido e principalmente de acordo com seus interesses pessoais. A essa época o café era um produto de grande aceitação no mercado mundial e sua produção se fazia na região sudeste do Brasil. Rio de Janeiro São Paulo e Minas Gerais se destacavam como grande pólo econômico do país, e conseqüentemente o interesse dos cafeicultores dessa região, foi o que formou a base de sustentação do projeto final da lei de terras.

Os cafeicultores eram apoiados por setores internos e externos e eram representados pelo grupo conservador Saquarema. Esse grupo defendeu e fez valer o estabelecimento de regras políticas de proteção da propriedade e manutenção do lucro, desta forma afastando o perigo da concorrência.

4.2. A fase da República

Com a proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, a questão das terras fica determinada pelo artigo 83 que estabeleceu: “continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis do antigo regime no que explicita ou implicitamente não forem contrários ao sistema de governo firmado pela Constituição e aos princípios consagrados”.

Após a promulgação da primeira Constituição do regime republicano, foram criados vários decretos para regulamentar alguns aspectos da propriedade da terra. Esses decretos não apresentaram modificações capazes de trazer benefícios na distribuição fundiária do país. Ao contrário, com a República as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados, tendo como consequência a multiplicação da grilagem.

Com a proteção da cláusula que garantia as posses “cultura efetiva e morada habitual” continuou a passagem das terras devolutas para o domínio privado. O poder público não tinha controle sobre as apropriações e também não manifestava grande preocupação com o uso anti-social das terras apropriadas. Foram pouquíssimas as tentativas de estabelecer políticas de colonização e assentamento que pudessem minimamente compensar a proliferação dos latifúndios improdutivos.

O modelo altamente concentrado de apropriação territorial existente no regime imperial permanece nesse período da República. O que garante a permanência do modelo é a situação social que impera no campo brasileiro, e a situação social imperante é o fenômeno conhecido como coronelismo.

O coronelismo foi um sistema de poder político que esteve no seu auge na república velha (1889 – 1930). Foi caracterizado por concentrar o poder nas mãos de um poderoso local, que geralmente era um grande proprietário, um dono de latifúndio, um fazendeiro ou um senhor de engenho próspero. O coronelismo institucional surge no Brasil em 1831, com a formação da Guarda Nacional, resultante da deposição de Dom Pedro I. A Guarda Nacional foi inspirada na Guarda Burguesa da França, que substituiu as forças tradicionais derrubadas pelos revolucionários franceses em 1789. Era uma milícia civil que representava o poder armado dos proprietários, cabia a ela a patrulha de ruas e estradas.

No Brasil para fazer parte da guarda era preciso ter posses, pois era necessário assumir os custos com uniformes e armas (200 mil réis na cidade e 100 mil réis no campo). No governo da Regência (1831-1842), foram colocados a venda os postos de militares. Com exceção da patente de general, de exclusividade do exército, os demais títulos de

tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel foram vendidos aos proprietários e seus próximos.

Com o tempo, o coronel passou automaticamente a ser visto pelo povo comum como um homem poderoso de quem todos os demais eram dependentes. Na configuração social daqueles tempos havia uma clara distinção entre os representantes dos dominantes, identificados pelo posto militar (coronel, major, etc.), em relação aos dominados que eram identificados pelo termo genérico de “gente” ou “cria” de algum coronel. A dominação dos coronéis explica-se pela enorme carência material a que estava submetida a sua gente, num mundo onde havia escassez de tudo, era ao manda chuva local a quem se recorria nas mais diversas situações. Na ausência quase que absoluta do Estado, era nas mãos do coronel que ficavam as mais diversas funções, ele detinha o poder político, jurídico e legislativo do município que lhe cabia.

A estrutura de poder do coronelismo era baseada em três pontos: a terra, a família e os agregados. A terra devido às vastas dimensões agrárias do país, pois a riqueza dos indivíduos era medida pelo tamanho da propriedade. Assim era indispensável ao coronel possuir significativas extensões de terras, para a afirmação e continuidade do seu poder. A família permitia ao coronel através de casamentos arranjados aumentar o seu domínio, colocando gente de seu sangue e de sua confiança em toda a hierarquia dos poderes municipal e estadual. Os agregados eram os compadres afiliados e demais protegidos do coronel, além da grande quantidade de parentes distantes, que faziam o poder dele espalhar-se para outras regiões.

4.2.1. As alterações na legislação fundiária

Em 1916, com a promulgação do código civil foi proibida a legitimação das posses e as revalidações das sesmarias. Após a Revolução de 30, o governo promulgou uma série de decretos-lei proibindo o usucapião nas terras públicas. Encerra a vigência da lei de 1850 e transfere para a justiça comum a exclusividade da expedição de títulos de propriedade. Mas na falta de outro instrumento normatizador a lei continuou a servir de modelo. Na constituição de 1934 previa-se a possibilidade de usucapião limitado a 10 ha.

O governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo favoreceu projetos de colonização que objetivavam disseminar a pequena propriedade na Amazônia e no oeste. O objetivo da chamada “marcha para oeste” era de ocupar os enormes espaços vazios no norte e centro-oeste. De acordo com a ideologia oficial, essa ocupação era necessária para

dar continuidade ao processo de integração nacional e do desbravamento do interior brasileiro que teve início com os bandeirantes.

Na verdade, no oeste os espaços já não eram tão vazios. Nessa região já se encontravam usinas de açúcar, plantações de mate, fazendas de gado, garimpos de ouro e diamante e exploração de borracha. Desta forma reforça-se a idéia de que as ocupações de terras devolutas continuavam acontecendo intensamente, mesmo com os diversos decretos proibindo o usucapião nas terras públicas.

Os decretos neste sentido ocorreram nos anos de 1932, de 1938, de 1939 e de 1946. Neste ano de 1946 com a nova constituição federal foram permitidas as desapropriações de terras por interesse sociais, para isso era necessário a prévia e justa indenização em dinheiro. O período entre março de 1947, no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, até março de 1964 com a queda do presidente João Goulart, foi um período de grande mobilização social em torno das reformas de base. As discussões sobre os latifúndios ganham contornos diferentes, e o tema que polariza o cenário é a de que a reforma agrária deveria ser vista como um processo social amplo.

Dentre as transformações estruturais necessárias ao país, essa era fundamental, pois acabaria com a dominação tradicional no campo e melhoraria a distribuição de renda. Essa melhora ativaria o mercado interno e como conseqüência daria um novo impulso no processo de industrialização. O pensamento desse período vai de encontro às políticas de distribuição fundiária promovidas pelos governos dos Estados Unidos da América. O modelo estadunidense foi bem sucedido, propiciando para aquele país um desenvolvimento espetacular. Em um item mais adiante será mostrado como ocorreu esse processo.

No período em questão, foram constituídas diversas Comissões Governamentais, que tinham como membros as mais eminentes personalidades da época. As comissões deram origem a vários projetos com propostas que objetivavam organizar e desenvolver a economia agropecuária do Brasil. Um ponto de destaque nas propostas, e que parecia ser de fundamental importância era a modificação da constituição de 1946 no artigo que exigia a indenização prévia e justa em dinheiro aos proprietários atingidos pela reforma agrária, inviabilizando a desapropriação.

Apesar de toda a mobilização popular, no campo através das Ligas Camponesas do Nordeste, e do empenho das comissões governamentais, a modificação constitucional não foi votada e não houve nenhum avanço prático no sentido de melhorar a vida no campo brasileiro. Com o golpe de 1964 a visão democrática reformista da questão agrária saiu de cena.

4.2.2. O Estatuto da Terra

De acordo com Silva (2004) com os governos militares era abandonada a visão de que a reforma agrária era parte integrante das reformas de base, e é substituída pela elaboração de uma política de terras que proporcionassem o uso social das terras improdutivas. O destino a ser dado as terras devolutas volta a ser o centro das atenções, como fora no Império e em menor grau na “marcha para o oeste” no governo Vargas.

Em 09 de novembro de 1964 a Emenda Constitucional nº 10 substituiu o parágrafo que estipulava a indenização prévia em dinheiro das terras desapropriadas, pelo “pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de 20 anos, em parcelas anuais sucessivas asseguradas a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento de terras públicas”. A partir dessa emenda ficou para a União a competência para delimitar as áreas prioritárias para a reforma, sendo fixadas por decreto do Poder Executivo, e somente poderiam acontecer em propriedades rurais caracterizadas como latifúndio, de acordo com o definido em lei.

Em 30 de novembro de 1964 é promulgada a Lei nº 4.504. O Estatuto da Terra, que assim foi denominado, pretendia dar a terra um tratamento mais amplo, e não simplesmente distribuí-la. A Lei visava regular os diversos aspectos com a relação do homem com a terra, promovendo a modernização da estrutura agrária. As medidas de política agrícola deveriam regular e disciplinar as relações jurídicas, sociais e econômicas. Definindo o domínio e uso da propriedade rural, com o objetivo de organizar o sistema rural brasileiro, valorizando o trabalho e fornecendo ao trabalhador o acesso que ele próprio cultivava. Para alcançar o objetivo foram utilizados os mecanismos tradicionais de reforma agrária baseados na tributação: tributação progressiva para pressionar os latifúndios improdutivos, e o critério regressivo do imposto territorial rural para beneficiar as propriedades com produtividade adequada.

No ano de 1965 decretos foram editados aprovando os regulamentos dos órgãos governamentais que tinham a função de executar as determinações do Estatuto da Terra. Outros decretos se seguiram legislando sobre: os critérios da tributação, criação de áreas prioritárias de emergência para a reforma agrária, fundo de assistência financeira para proprietários de imóveis desapropriados, entre outros.

Apesar do Estatuto da Terra ter como objetivo maior a função social da questão

agrária, os governos militares direcionaram as diretrizes da reforma agrária para os objetivos estratégico da integração da Amazônia. Os órgãos criados para implementar a política fundiária não foram bem sucedidos. Alguns foram extintos outros unificados.

O Estatuto da Terra contemplou no seu arcabouço legal praticamente todas as circunstâncias e possibilidades da relação do homem com a terra, todavia os redirecionamentos dos objetivos do governo, aliado a falta da aplicação da lei, fizeram com que a estrutura fundiária brasileira, não fosse modificada, permanecendo altamente concentrada.

A Constituição de 1988 trouxe do estatuto da terra o princípio da função social da propriedade rural nos artigos 184 e 186. Sendo mais minuciosa e detalhista, e com necessidade de regulamentação por lei complementar, acabou tornando-se mais um bloqueio no processo de reforma agrária que já estava lento.

4.2.3. Características da estrutura fundiária brasileira

A análise dos dados expressos na tabela e ilustrado nos gráficos abaixo nos mostra as principais características da estrutura fundiária no Brasil.

Tabela 2 – Estrutura fundiária do Brasil – ano base 1992

Área da propriedade (em hectares)	Estabelecimentos imóveis	(%)	Área total (em hectares)	(%)
Menos de 10	947.408	31,6	4.615.909	1,4
De 10 a menos de 100	1.681.411	54,1	54.667.740	15,8
De 100 a menos de 1.000	393.615	12,8	106.323.690	30,7
1.000 ou mais	43.956	1,5	165.756.662	52,1

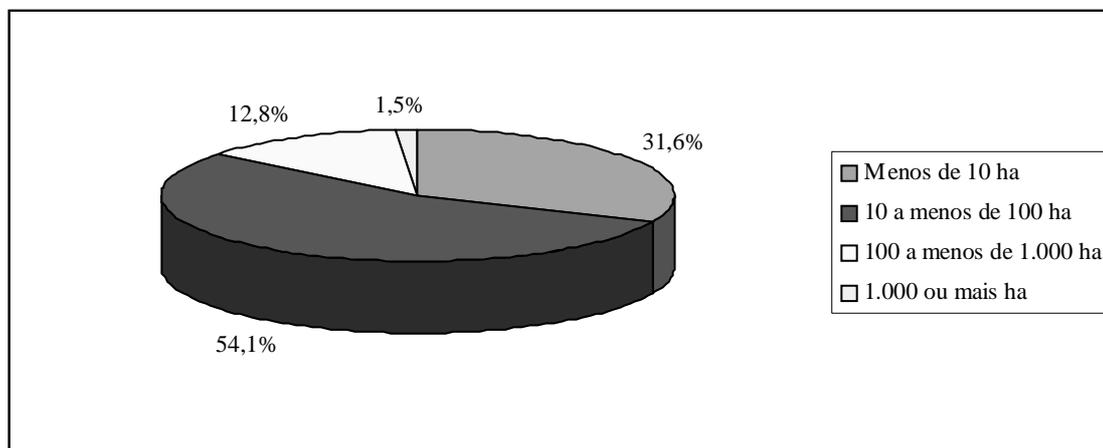
Fonte: Atlas fundiário brasileiro. Sistema Nacional de Cadastro Rural/Estrutura Fundiária Brasileira, 1996.

Existe uma absurda concentração de terras em nosso país, onde poucos latifúndios ocupam a maior parte da área total brasileira e o grande número de minifúndios não chega a ocupar 2% dessa área. Como conseqüência temos um grave quadro socioeconômico:

Poucas propriedades rurais (43.956) com 1.000 hectares ou mais concentram mais de 50% da área total do país. Geralmente, uma grande concentração fundiária pode gerar terras ociosas e improdutivas porque seus donos aguardam melhores preços para arrendá-las ou vendê-las (estão concentradas nas regiões Norte e Centro-Oeste).

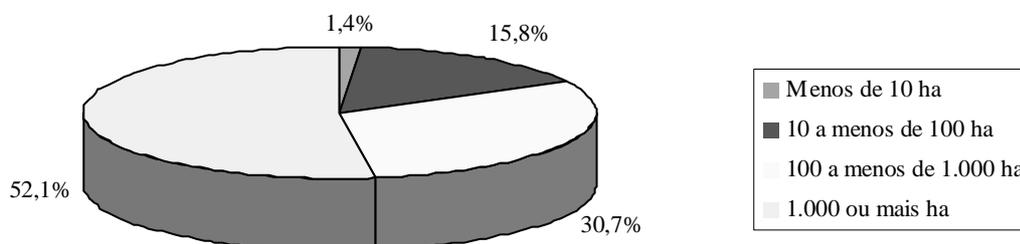
Muitas propriedades rurais (947.408) não chegam a possuir 2% da área total, inviabilizando, muitas vezes, o plantio de algum produto. A despesa com sementes pode ser maior que o montante obtido com a colheita.

Gráfico 1 – Porcentagem de imóveis por tamanho – ano base 1992



Fonte: Atlas fundiário brasileiro. Sistema Nacional de Cadastro Rural/Estrutura Fundiária Brasileira, 1996.

Gráfico 2 – Porcentagem de imóveis no total de hectares – ano base 1992

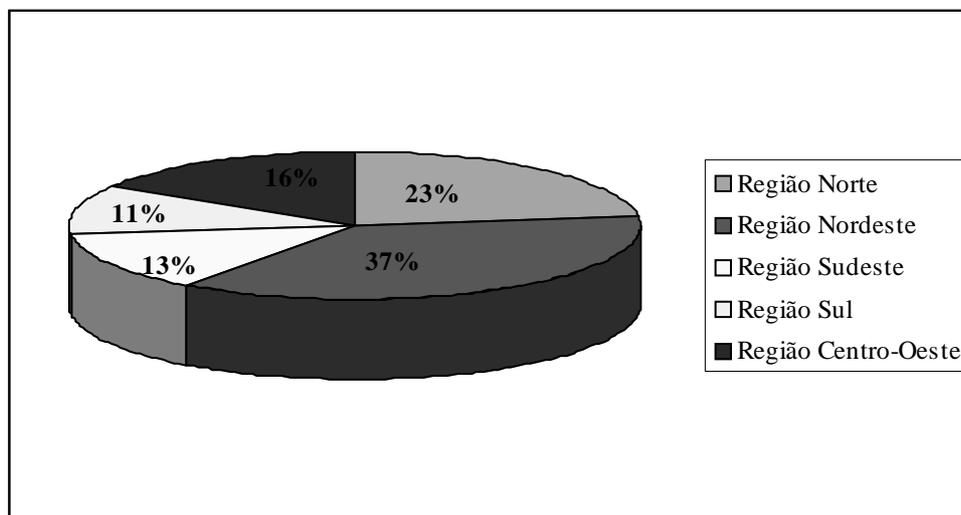


Fonte: Atlas fundiário brasileiro. Sistema Nacional de Cadastro Rural/Estrutura Fundiária Brasileira, 1996.

Êxodo rural como consequência da mecanização em algumas grandes propriedades rurais no Centro-Sul e entre os pequenos proprietários, porque produzem pouco, ficam endividados e não têm capital para investir. Aumento do número de desempregados e subempregados que migram para as periferias das cidades e acabam ocupando áreas de mananciais. E o fato mais grave: o aumento dos conflitos sociais no campo, conforme mostram o gráfico abaixo. Mais de 50% dos conflitos de terra no Brasil ocorrem,

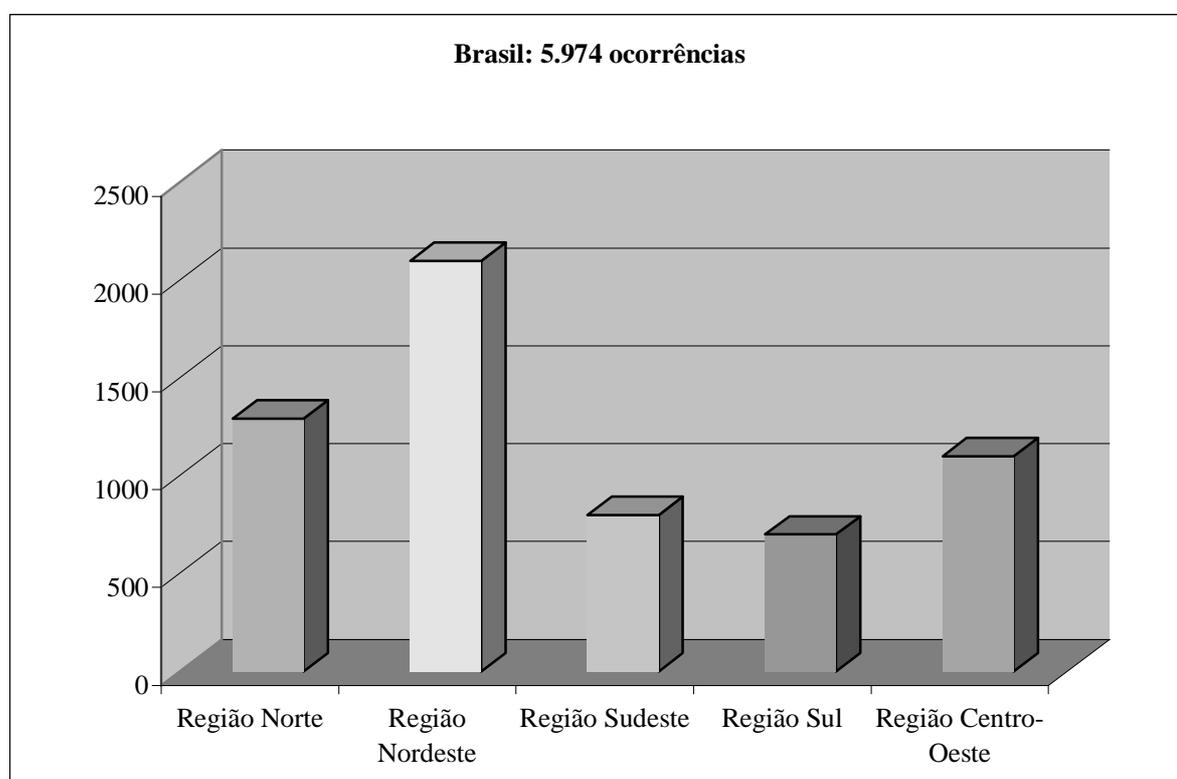
respectivamente, nas regiões Nordeste e Norte. São regiões de grande concentração de propriedades rurais e de imóveis improdutivos, onde muitas vezes a polícia é mal preparada e mal equipada e os latifundiários impõem sua vontade às leis.

Gráfico 3 – Porcentagem de conflitos de terra por região –1986-1997



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Gráfico 4 – Número de conflitos de terra acumulados por região – 1986-1997

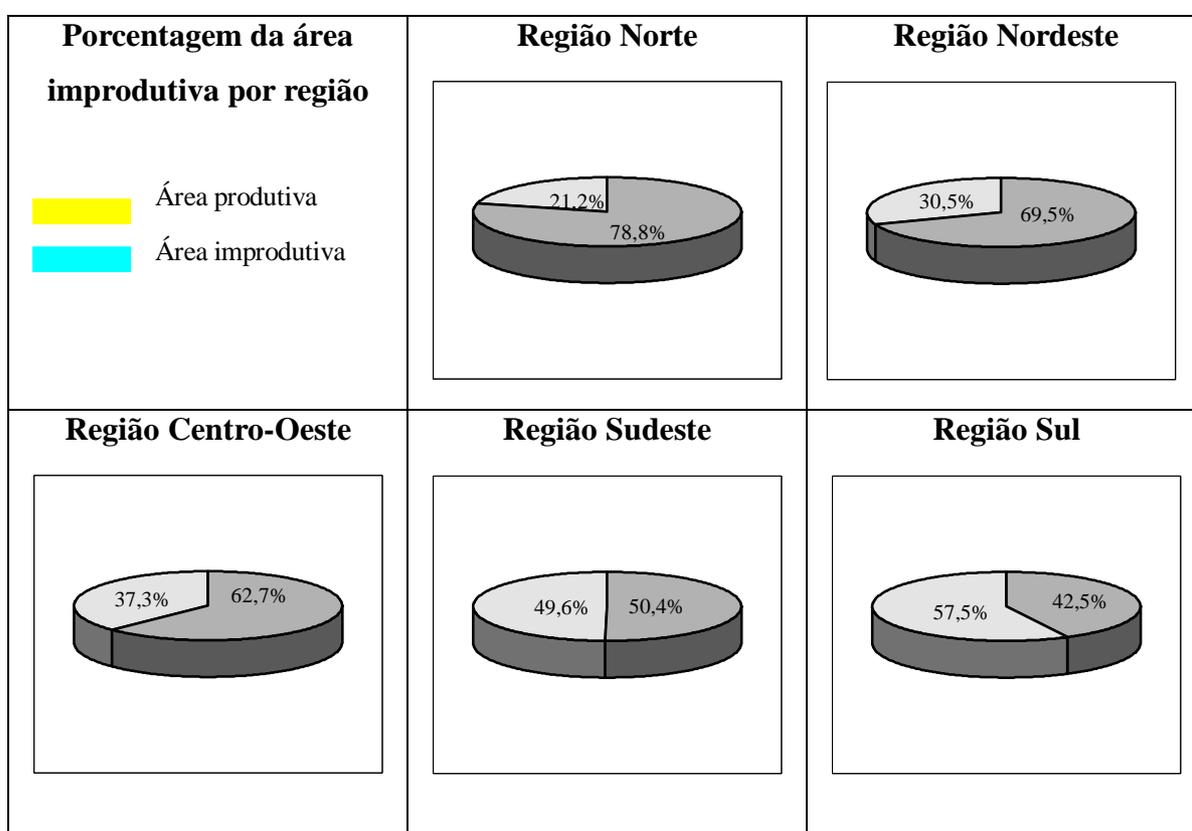


Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Outro triste exemplo da violência no campo são os 1.230 assassinatos ocorridos entre 1990 e 2001 (Fonte: SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1973, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Inbra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST).

Soma-se a esse quadro brutal e desumano o uso improdutivo de muitas propriedades rurais que geram o ciclo: êxodo rural-desemprego-violência. A porcentagem dos imóveis improdutivos no Brasil registrada no gráfico abaixo mostra a necessidade urgente de uma política agrícola e de uma reforma agrária que contemple os trabalhadores rurais excluídos.

Gráfico 5 – Imóveis improdutivos no Brasil – ano base 1992



Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro. Serviço Nacional de Cadastro Rural, Estrutura Fundiária Brasileira, 1996.

4.3. As relações de trabalho no campo

Geralmente encontramos entre os trabalhadores rurais brasileiros baixos indicadores socioeconômicos, como elevada natalidade, elevado analfabetismo, pequena qualificação profissional e baixa remuneração. Além disso, eles sofrem com a falta de cumprimento da legislação trabalhista por parte de alguns patrões e o elevado número de

acidentes com ferramentas, como facões. Quanto mais distantes das principais cidades e capitais, mais tensas são as relações sociais no campo. De acordo com Santos (1989, p. 30), o trabalho assalariado temporário é a forma predominante no Brasil. O predomínio do trabalho assalariado é consequência do processo capitalista (capitalização da atividade agrícola) que, por um lado, aumenta a produtividade rural (máquinas, irrigação, sementes selecionadas) e, por outro, dispensa o trabalhador residente ou permanente (aumento do número de assalariados). Tivemos no Brasil uma grande redução das modalidades tradicionais de trabalhadores rurais (permanentes, residentes, colonos e parceiros) e o aumento de trabalhadores temporários sem vínculo empregatício. Geralmente, eles recebem no fim do dia pelo serviço prestado, trabalhando no plantio ou na colheita de cana-de-açúcar, laranja ou café. Moram na periferia das cidades onde os aluguéis são menores. Recebem a denominação de peões na região Norte, corumbás nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, e bóias-frias nas regiões Sul e Sudeste.

Outras formas de trabalho no campo também ocorrem como assinala Santos (1994 p. 21-22) são o trabalho familiar, o arrendamento e a parceria.

- *Trabalho familiar.* Realizado geralmente nas pequenas e médias propriedades rurais de subsistência. A falta de capital para investir na lavoura e as secas periódicas têm aumentado o número de trabalhadores familiares que abandonam o campo e migram para as periferias das cidades, onde se tornam trabalhadores temporários. Uma exceção entre os trabalhadores familiares é encontrada nas áreas vizinhas dos grandes centros urbanos (cinturões verdes) porque conseguem vender sua produção para os centros de abastecimento, redes de supermercados, feiras livres e até em carros ou caminhões que percorrem as ruas dessas cidades.

- *Arrendamento.* Forma de utilização da terra destinada ao cultivo ou à pastagem, que o proprietário arrenda (aluga) a quem tem capital para explorá-la. É comum no interior de São Paulo um grande proprietário arrendar propriedades menores vizinhas para o cultivo da cana-de-açúcar.

- *Parceria.* Forma de utilização da terra em que o proprietário dispõe de sua terra para um terceiro (o parceiro) que a cultiva. Em troca, o parceiro entrega ao proprietário parte de sua colheita.

A forma de obter a propriedade da terra fez surgir duas figuras que estão freqüentemente envolvidas nos conflitos pela terra: o posseiro e o grileiro.

4.4. A ocupação das terras nos Estados Unidos da América

Neste item será visto como foi a ocupação das terras nos Estados Unidos, pois é importante examinarmos uma experiência diferente da nossa. Na medida que com este paralelo temos a possibilidade de verificar se havia caminhos alternativos a serem tomados na condução dos destinos do nosso país. Na América do Norte a colonização transcorreu de forma diferente a da América do Sul. A ocupação do território do atual EUA e do Brasil aconteceu com diferenças bem marcantes, como veremos a seguir.

4.4.1. A dinâmica da ocupação e valorização da terra

De acordo com Muller (2004) a Coroa Inglesa sabedora dos problemas que enfrentavam Portugal e Espanha na administração centralizada e a distância de suas colônias deixou a cargo dos indivíduos e companhias a colonização inicial do território americano. Desta maneira prevaleceu o interesse dos indivíduos e companhias de colonização de promover um assentamento rápido em propriedades familiares de pequena extensão. O retorno financeiro das companhias viria da taxação destes assentamentos.

Este padrão de ocupação favoreceu a criação e o desenvolvimento de um mercado interno que serviu para atrair a vinda de mais colonos. Com a chegada de mais colonos, a terra que inicialmente não tinha nenhum valor, gradualmente passa a ser valorizada nas áreas mais centrais. Os indivíduos proprietários e as companhias que anteriormente simplesmente cediam às terras passam neste momento a vendê-las. Esta situação provocou mais de 50 anos de conflitos com a coroa que tentou retomar o destino das colônias, tendo um sucesso parcial. Naquele momento da história o padrão básico do sistema de propriedade e uso da terra já estava firmemente estabelecido. O padrão não mudaria mesmo após a independência quando foram estabelecidas regras que disciplinavam as ocupações das imensas terras ao oeste até então não colonizadas.

Na época da independência dos Estados Unidos da América, o mercado de terras já estava relativamente bem estabelecido. A terra havia se tornado uma mercadoria amplamente negociada. Sem existir restrições quanto a preços e tamanhos, deu origem a pequena e a grandes propriedades.

4.4.2. As grandes propriedades

Conforme exposto acima, o padrão de propriedade e uso da terra que predominava no período colonial dos Estados Unidos foi o de pequenas fazendas familiares. Mas também havia numerosas grandes plantações que se localizavam em certas regiões das colônias do Sul. Ao longo do período de colonização as grandes plantações foram se tornando mais comuns, especialmente aquelas que usavam o trabalho escravo. Isso pode levar a concluir que o desenvolvimento de propriedade e uso da terra do sul tenha sido fundamentalmente diferente da do Norte, e pode até sugerir que teria mais em comum com regiões tropicais, como o Brasil, onde plantações, monocultura e escravidão eram uma norma. Na verdade a emergência e a evolução das plantações do sul não diferem na sua essência das outras colônias americanas, e mesmo aparentando semelhanças com as plantações brasileiras, as plantações americanas eram bastante diferentes, tanto no que se refere ao seu funcionamento quanto no seu efeito sobre os mercados de bens e terras.

Surgidas logo no início do processo de assentamento no século XVII, as primeiras plantações eram baseadas em trabalho de servidão temporária sendo instaladas ao lado das numerosas pequenas propriedades. Havia uma interdependência entre os dois tipos de propriedades, pois as plantações traziam migrantes, exploravam seu trabalho pelo tempo determinado, esses trabalhadores recebiam suas próprias terras, e novos migrantes eram trazidos para as plantações. Esse sistema tinha o efeito de aumentar o número de pequenas propriedades e trabalhadores livres e também fazia com que a instalação de grandes plantações fosse mais lenta do que se tivesse desde o começo o uso do trabalho escravo, como foi o caso no Brasil.

Do tempo que as grandes plantações começaram a usar o trabalho escravo e tornaram-se cada vez mais ativas decorreu quase um século de assentamentos principalmente baseados na pequena propriedade. Pequenas fazendas foram suplantadas pelas grandes plantações onde as condições de clima, solo e política de terras eram propícios. Entretanto essas pequenas fazendas não deixaram de existir, muito dos proprietários se deslocaram para áreas adjacentes impróprias para as plantações.

Nas áreas onde as pequenas fazendas se concentraram, houve uma especialização geográfica e um rápido desenvolvimento que atraiu uma crescente população. Desta forma as duas regiões se tornaram independentes, as plantações se especializando em produtos de exportação e as pequenas fazendas fornecendo os produtos de subsistência.

De acordo com dados do primeiro censo dos Estados Unidos em 1850, apenas 18%

dos estabelecimentos do sul (101.335 dos 569.201 estabelecimentos) podiam ser considerados plantações (U.S. Bureau of the Census, 1970 apud MULLER, 2004). Esses dados dão uma amostra de que mesmo sendo umas das principais forças econômicas, o sistema de plantações não excluía as pequenas propriedades, e que estas tinham relevante importância.

Não sofrendo nenhuma mudança fundamental após a Independência, o sistema de propriedades e uso da terra oriundo do período colonial certamente foi responsável por criar o ambiente propício ao espetacular crescimento que se processou nos EUA no século XIX.

4.4.3. Políticas fundiárias nos EUA

Em 1862 foi assinado pelo presidente Abraham Lincoln o Homestead Act, a lei de cessão de terras que concedia 160,00 acres o equivalente a 64,75 hectares de terras no oeste para quem se comprometessem a trabalhar nelas por no mínimo cinco anos. Essa lei atraiu em torno de 15 milhões de europeus aos Estados Unidos que foram responsáveis pela ocupação do oeste e pela criação de um grande mercado de consumo.

Entre 1862 e 1900 foram distribuídos aproximadamente 60 milhões de hectares de terras públicas federais e 120 milhões de hectares de terras públicas estaduais. Essa experiência estadunidense demonstrou ser um modelo bem sucedido de distribuição fundiária e ocupação de seu território. Sua política agrária foi estabelecida com a preocupação básica de dar ao sistema de exploração agrícola do tipo familiar as condições de prosperar.

Em 1912 é regulamentada a lei de imigração; em 1914 é criada a lei “Smith New Act” que instituiu a orientação técnica agrícola e também criou o agente rural “County Agent”, responsável pelo grande sucesso da integração das comunidades rurais nas modernas técnicas de agricultura. Com a agricultura em expansão e necessidade de melhorar as técnicas agrícolas, o governo instituiu cursos agrícolas nas escolas secundárias. Em 1916 foi reformulada a lei do crédito agrícola concedendo crédito com prazo de cinco a quarenta anos a juros de 6% ao ano. Em 1933 foi criado o Farm Credit Administration para facilitar o crédito aos fazendeiros pobres, proporcionando a eles a construção de casa própria no meio rural, silos e armazéns. Para organizar a produção foram criadas pelo governo redes de cooperativas nas áreas de transporte, distribuição, consumo, assistência financeira e até oficinas de conservação.

Com o objetivo de formar médias propriedades, o governo financiou a longo prazo a compra de terras, dessa maneira em 1885 chegava a 85% os agricultores com terra própria nos Estados Unidos da América. Também sob a ação governamental, através do sistema cooperativo foram criadas a partir de 1938 usinas elétricas rurais que fizeram passar de 11% para 90% as fazendas atendidas pelo fornecimento de energia elétrica.

A tabela a seguir mostra como foi a evolução na distribuição de terras, os dados são do Serviço de Pesquisas Econômicas (ERS) do ministério da agricultura dos EUA.

Tabela 3 – Distribuição de terras nos EUA

Ano	Total de fazendas Milhões	Área Cultivada Milhões	Tamanho Médio
1860	2,0	165	80
1880	4,0	217	56
1900	5,7	339	59
1920	6,4	387	60
1940	6,1	429	70
1959	3,7	455	122
1978	2,3	411	182
1987	2,1	390	187

Fonte: Censo dos Estados Unidos da América; 1850-1987. U.S. Census of Agriculture apud CAPARROZ, João Miguel. Concentração de terras no Brasil (1940 a 1985).

Observando o quadro, constata-se que a partir de 1920 começou a diminuir o número de fazendas e aumentou o tamanho médio. As imposições tecnológicas e a especialização são fatores que explicam o aumento do tamanho médio das fazendas. As pequenas fazendas perderam sua viabilidade econômica devido à necessidade de maiores investimentos em máquinas novas, implementos e insumos agrícolas.

De acordo com o ERS, 91% destas propriedades continuam sob o controle familiar, 6% pertencem às sociedades limitadas e 3% restantes são empresas de capital aberto, cujo controle acionário é detido por grupos familiares.

A base fundiária dos Estados Unidos da América ainda é constituída por pequenas e médias fazendas familiares, mas levando em conta o contínuo aumento médio das propriedades agrícolas fica constatado que a distribuição das terras está tornando-se mais concentrada.

CAPÍTULO V

5. OS PROCESSOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO E A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO NO BRASIL

Pode-se dizer que o desenvolvimento industrial brasileiro foi caracterizado por um processo retardatário de inserção na expansão do capitalismo, indicando tanto o momento histórico mais geral, com destaque para a partida do Brasil rumo a industrialização, quanto à base material interna que, segundo Mello (1986, p. 108), “definiria o potencial de superação de certas etapas necessárias ao longo do tempo”.

A partir do século XX põe-se em curso o processo de acumulação de capital, fundamentando-se em dois pontos cruciais: o ponto de partida da industrialização brasileira, deixando os resquícios do século XIX, que realiza uma atividade produtiva de natureza tipicamente exportadora, com ênfase para o complexo cafeeiro; o avanço da industrialização nacional para o mercado mundial, considerando-se a já existência do capitalismo monopolista em escala global.

A partir daí, Mello (1986, p. 108) destaca os principais fatores condicionantes do retardo da industrialização brasileira: De acordo com a natureza do processo social de acumulação capitalista, o autor verifica:

A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial que está duplamente determinada pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial, sendo que para o autor, esta dependência resulta da não constituição de forças produtivas capitalistas.

No referente à estruturação do mercado de trabalho brasileiro, destaca-se o fato de ter perdurado, após a abolição da escravatura um imenso contingente de trabalhadores não incorporáveis pela emergência e expansão dos mercados domésticos, sendo que o autor considera este aspecto o responsável tanto pela manutenção de uma estrutura concentrada da renda e da riqueza, quanto pela reprodução da pobreza e da marginalização social no campo e mesmo nas cidades. De acordo com o autor, esta situação se agravaria no final do século XIX com a importação de mão-de-obra estrangeira (imigração européia) e japonesa no início do século XX, dando origem a um mercado de trabalho de base muito ampla, com grande excedente estrutural de força de trabalho. Isto se deu através da dimensão estreita e subordinada do mercado cafeeiro interno, em relação á dinâmica comportamental

deste mercado até os anos 30 principalmente, quando um novo padrão se estabeleceria na dinâmica de acumulação de capital no Brasil.

Além das condições gerais que embaraçavam o progresso industrial no Brasil, ocorreram circunstâncias específicas que dificultaram sobremaneira o estabelecimento da indústria moderna no país, dentre as quais a deficiência de fontes de energia e a falta da siderurgia.

Mas, para efeito de localização no tempo/espço, voltaremos um pouco atrás tentando situar o quadro econômico brasileiro e a herança colonial durante o Segundo Reinado, considerando-se que foi a partir deste período em questão (1840-1889) e no decorrer do século XIX, que tiveram início as grandes transformações econômicas, sociais e culturais no país, cujos resquícios ainda perduram na atual sociedade contemporânea.

5.1. O café como transformador da sociedade brasileira

No decorrer do século XIX, principalmente no período de 1850 a 1900, o Brasil viveu grandes transformações:

- O centro econômico do país deslocou-se das velhas áreas agrícolas do nordeste para o centro-sul;
- O café tornou-se o principal produto agrícola do país. Superou todos os demais produtos, como açúcar, tabaco, algodão e cacau;
- Nas fazendas de café de São Paulo, o trabalho do escravo foi sendo substituído pelo trabalho assalariado do imigrante europeu (italianos, alemães, espanhóis) e japonês.
- Pequena parte do dinheiro obtido com a venda do café foi aplicado na industrialização do Brasil. Surgiram inicialmente indústrias alimentares, de vestuário e de madeira;
- As cidades se desenvolveram e surgiram importantes serviços urbanos (iluminação das ruas, bondes, ferrovias, bancos, teatros etc.).

O café foi introduzido no Brasil por volta de 1727. A princípio, era um produto sem grande valor comercial. Utilizava-se o café como bebida, destinada apenas ao consumo local.

Entretanto, a partir do início de século XIX, o hábito de beber café alcançou grande popularidade na Europa e nos Estados Unidos. E crescia rapidamente o número de consumidores internacionais do café.

O clima e o tipo de solo do sudeste brasileiro favoreciam amplamente o desenvolvimento da lavoura cafeeira. O país tinha disponibilidade de novas terras e já contava com a mão-de-obra escrava, que foi deslocada para a cafeicultura.

Com todos esses recursos, o Brasil tornou-se em pouco tempo o principal produtor mundial de café.

Os grandes lucros gerados pela exportação do café possibilitaram recuperação econômica do Brasil, que tinha suas finanças abaladas desde o período da Independência, devido à queda das exportações agrícolas.

Como já citado anteriormente, a emancipação política do Brasil, em 1822, não alterou o quadro econômico do país; as elites agrárias continuaram a controlar o poder e a implementar uma política voltada para a exportação de gêneros tropicais. Porém, com a crescente diminuição das exportações açucareiras para a Europa, devido ao aumento da concorrência de outras regiões produtoras, e com o esgotamento das minas de metais preciosos, o café se tornou o centro da produção brasileira, ocupando um lugar cada vez mais destacado em nossas exportações.

A cultura do café, inicialmente desenvolvida no Rio de Janeiro, expandiu-se para o Espírito Santo e, principalmente, em direção Oeste da província de São Paulo. Assim, no final do século XIX, havia três áreas distintas de produção: o vale do Paraíba, área mais antiga, onde se destacavam algumas cidades fluminenses, o antigo Oeste, segundo pólo de expansão cafeeira, que tinha por núcleo a cidade de Campinas; e, por fim, o novo Oeste, última área de expansão no século XIX, onde se destacavam Rio Preto e Araraquara.

A fixação inicial do café no Vale do Paraíba deveu-se principalmente à proximidade da capital do império, Rio de Janeiro, onde se concentrava o poder econômico e político necessário ao empreendimento. Contudo, a forma de plantação extensiva e predatória utilizada pelos cafeicultores levou a um progressivo enfraquecimento das terras dessa região, que, apesar de persistir ativa até o final do século, teve sua produtividade bastante diminuída.

5.2. A poderosa classe dos cafeicultores

A riqueza do café fez dos cafeicultores a classe social mais poderosa da sociedade brasileira. Eles passaram a exercer grande influência na vida econômica e política do país.

A economia cafeeira do século XIX dividia-se em dois setores básicos:

- **Setor tradicional:** faziam parte deste grupo os cafeicultores das fazendas de café

mais antigas, localizadas na Baixada Fluminense e no Vale do Paraíba. Até 1870, era o mais importante setor cafeeiro do país. A produção nessas fazendas de café dependiam muito da exploração do trabalho escravo.

- **Setor moderno:** composto de cafeicultores das fazendas de café de área mais recentes, localizadas no oeste de São Paulo. Nessa região o café encontrou um tipo de solo (a terra-roxa) altamente favorável ao seu desenvolvimento. Ribeirão Preto era a principal cidade produtora de café do oeste paulista. Nessas fazendas de café o trabalho do escravo começou a ser substituído pelo trabalho assalariado do imigrante europeu.

O progresso industrial e do setor de serviços não foi suficiente para revolucionar a face tradicional de nossa economia. A principal estrutura econômica do Brasil, herdada dos tempos coloniais, permanecia fortemente baseada em três elementos: o latifúndio, a agricultura de exportação e o trabalho escravo.

Apesar disso, foi bastante significativa a ampliação do mercado interno brasileiro, que se baseava na produção de alimentos agrícolas (gado, charque, cereais) e no crescimento urbano do setor de serviços, do comércio e da indústria.

Ao voltar-se ao que já se disse anteriormente, convém destacar que a expansão do café, o crescimento das cidades e a industrialização desenvolveram-se principalmente na região sudeste, que se tornou o principal centro socioeconômico do país.

Os novos cafeicultores, que montaram suas fazendas após 1850, procuraram, então, estabelecer-se cada vez mais no Oeste Paulista. Tal região apresentava uma situação física muito propícia para o café, devido, principalmente, à abundância da chamada terra roxa, como já citado, de grande produtividade. As diferenças no momento histórico de fixação do café no vale do Paraíba e no Oeste paulista levaram à constituição de modos de vida muito diferentes, nas duas regiões, que estiveram diretamente vinculados às mudanças e à crise do império.

5.3. Industrialização: o início da modernização

As grandes somas de dinheiro vindas das exportações do café não só foram aplicadas na expansão da própria cafeicultura como também financiaram a instalação de indústrias e a modernização do país.

Além do dinheiro da cafeicultura, uma das importantes medidas que favoreceu o crescimento da indústria foi à extinção do tráfico de escravos.

Em 1850, foi extinto o comércio de escravos para o Brasil. Isso liberou grande

soma de dinheiro, até então destinada à compra de escravos, para ser aplicada em outros setores da economia.

Começaram a surgir indústrias de sabão, vela, chapéu, cigarro, cerveja, tecido de algodão etc. Surgiram também bancos, empresas de navegação, ferrovias, companhias de seguros, mineradores etc.

Na última década do império (1880-1889), o Brasil já contava com 600 indústrias, que empregavam quase 55 mil operários nos setores têxtil, alimentar, químico, de madeira, vestuário e metalurgia.

Mesmo depois da lei de extinção do tráfico (1850), os negros continuavam sendo trazidos ilegalmente para o Brasil.

5.4. A influência externa na economia brasileira

De acordo com Dreguer e Toledo (1995, p. 140):

Além da expansão cafeeira, outro fator foi essencial na constituição do cenário em que se desenvolveram as transformações e a crise do império brasileiro: a influência inglesa. Tal influência começara ainda no período colonial, com o endividamento e a assinatura de tratados que criavam tarifas preferenciais para os produtos ingleses exportados para o Brasil. Essa política foi mantida durante o Primeiro Reinado (1822-1831) e no período regencial (1831-1840).

Ainda de acordo com Dreguer e Toledo (1995, p. 143):

No Segundo Reinado (1840-1889) – e, mais especificamente, a partir de 1870 – a influência inglesa no Brasil intensificou-se ainda mais, devido às novas características assumidas pelo capitalismo mundial, do qual a Inglaterra continuava sendo um dos principais expoentes. A busca de novos mercados consumidores e de campos para investir capitais excedentes levou muitos capitalistas ingleses a financiarem ou organizarem diretamente vários projetos no Brasil. Eles investiram principalmente na criação expansão constante da malha ferroviária, para atender às necessidades de transporte do café produzido no Centro-Sul e dos produtos da região nordestina.

Conforme os autores (1995, p. 152):

Os ingleses criaram também empresas de navegação, responsáveis por mais de metade do comércio de exportação e importação brasileiro, e fundaram bancos, que ampliaram o crédito disponível para novos empreendimentos. Essa forte atuação econômica dos ingleses no Brasil da segunda metade do século XIX foi acompanhada de intervenção constante nos assuntos políticos e de uma grande influência no campo cultural.

Portanto, os ingleses desempenharam um papel de destacada importância nas lutas

políticas e na vida cotidiana dos brasileiros desse período.

5.5. Passagem do trabalho escravo para trabalho livre

Os cafeicultores do Vale do Paraíba possuíam enormes propriedades, onde trabalhavam dezenas e, às vezes, centenas de escravos. Devido ao seu poder econômico e ao apoio que davam ao império, recebiam do imperador títulos de nobreza. Responsáveis pelo início da expansão cafeeira, esses fazendeiros dependiam muito do trabalho escravo e usavam técnicas bastante simples. Por isso, eles se opunham às inovações no sistema produtivo, que exigiam recursos dos quais eles não podiam dispor: Já os fazendeiros do Oeste Paulista, que estabeleceram suas fazenda após 1850, adaptaram-se rapidamente às novas condições vigentes no período, afim de enfrentar a diminuição da oferta de escravos e aumentar a produtividade, esses novos cafeicultores investiram na aquisição de máquinas para o beneficiamento do café e também realizaram experiência com mão-de-obra livre, principalmente com imigrantes europeus. Além disso, aplicaram parte de seus lucros em outras atividades empresariais: comércio, ferrovias, bancos e pequenas manufaturas.

Para Magnoli e Araújo (1997, p. 140):

Essas diferenças levaram os fazendeiros das duas regiões a modos de vida e a mentalidades divergentes e, em alguns pontos, conflitantes. Os fazendeiros do Vale tornaram-se defensores ferrenhos da escravidão e do regime imperial, aos quais estavam vinculados; já os fazendeiros do Oeste Paulista apoiavam mudanças no campo econômico e exigiam participação nas decisões políticas proporcional à sua riqueza.

Essas divergências e os embates delas decorrentes levaram a uma divisão no seio da camada dominante, divisão essa que teve influência direta nas transformações e na crise do império brasileiro.

Conforme Dreguer e Toledo (1995, p. 86):

Nas regiões do Vale do Paraíba, os escravos continuavam sendo a base da mão-de-obra. Também nas grandes cidades eles continuaram quase todo o trabalho, atuando muitas vezes como escravos para sustentar seus donos. Sua situação de dominados e explorados, bem como sua resistência, colocou-nos no centro de importantes embates políticos travados no final do século XIX. Na região do Oeste paulista, os imigrantes europeus foram empregados na cafeicultura, como trabalhadores, desde 1850. Apesar de formarem um pequeno contingente, os imigrantes estiveram no centro dos debates políticos, por constituírem uma alternativa à mão-de-obra escrava.

Vindos principalmente de regiões rurais européias, eles chegavam ao Brasil

acalentando o sonho de riqueza e prosperidade. Contudo, eram explorados economicamente e, muitas vezes, tratados como escravos pelos fazendeiros. Quando não conseguiam alterar essa situação, iam tentar a sorte nas cidades ou, se tivessem dinheiro, voltavam para seus países de origem.

Dreguer e Toledo (1995, p. 101) dizem que:

As camadas médias compunham-se de profissionais liberais, advogados, médicos, engenheiros – e de funcionários públicos civis e militares, que desempenhavam suas tarefas em grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Muitas vezes, apesar de possuírem ligações com os grandes fazendeiros, alguns membros da camada média urbana aderiam às idéias de mudança e modernização.

Isso se devia à sua experiência cotidiana nas grandes cidades, onde circulavam as idéias de liberdade e progresso vindas da Europa.

Com as transformações econômicas da segunda metade do século XIX, essa camada média adquiriu maior força política, embora seu número tenha permanecido reduzido. A formação intelectual de seus componentes permitiu que eles desempenhassem o papel de importantes ideólogos dos movimentos de mudança. No mesmo período, aumentou o número de pequenos proprietários e trabalhadores que desempenhavam atividades ligadas ao comércio, ao artesanato, à manufatura e ao setor de serviços. Esses homens também reivindicavam transformações em defesa de seus próprios interesses.

Dreguer e Toledo (1995, p. 173) oferecem suas contribuições quanto a esta questão, como já abordou-se anteriormente:

Os poderosos interesses ingleses – introduzidos no Brasil através de financiamentos, de investimentos diretos em vários setores da economia – entravam em choque com a persistência do regime de trabalho escravo. Tal regime era visto pelos ingleses como um entrave à modernização dos métodos de produção e, portanto, à expansão das forças produtivas. Por outro lado, limitava as possibilidades de expansão do mercado consumidor; pois excluía dele a maior parte da população, que não recebia nenhum pagamento. Assim, desde 1810 os ingleses vinham pressionando o governo brasileiro a pôr fim ao tráfico negreiro, o que terminaria com a escravidão.

Assim como era do interesse dos ingleses, o fim da escravidão também interessava aos pequenos proprietários e comerciantes, pois vislumbravam com uma sociedade moderna e progressista bem aos moldes da influência inglesa.

Nas palavras de Dreguer e Toledo (1995, p. 176):

O fim do tráfico propiciou o deslocamento de grande parte dos capitais brasileiros para outros setores da economia, impulsionando ainda mais,

juntamente com os capitais ingleses, o processo de modernização. Por outro lado, a extinção do tráfico coincidiu com a expansão da atividade cafeeira, ocasionando falta de mão-de-obra e grande alta nos preços dos escravos, o que levou muitos dos novos fazendeiros do Oeste a aderirem ao trabalho livre. Dessa forma, uma importante parcela da elite dominante desligava-se do regime escravista.

Diante disso e paralelamente a essas experiências patrocinadas pelos cafeicultores do Oeste, os intelectuais que moravam nas cidades deram início a um intenso movimento em prol da abolição definitiva da escravidão, que conquistou o apoio dos demais setores urbanos. Tal apoio, aliado às divisões existentes nos grupos dominantes, permitiu um fortalecimento da resistência dos escravos. Nesse contexto de conflito, as várias frações da elite econômica e intelectual serviram-se dos grandes jornais da região cafeeira para expressar sua posição sobre a escravidão e os negros.

De acordo com Martins (1996, p. 160):

Os cafeicultores do vale do Paraíba ficaram isolados na defesa da escravidão, e não conseguiram conter a pressão interna e externa, que redundou numa série de leis abolicionistas aprovadas pelo Parlamento entre 1870 e 1880. Percebendo o fim iminente do regime escravocrata, muitos fazendeiros buscaram sua mão-de-obra alforriando seus escravos em troca da garantia de que permaneceriam nas fazendas; outros investiram ainda mais na contratação de imigrantes.

Enfim, quando a escravidão foi definitivamente abolida, em 1888, a maioria dos fazendeiros já havia encontrado alternativas para o problema da mão-de-obra.

5.6. A conjuntura política na queda da monarquia

As transformações econômicas e sociais que caracterizaram a segunda metade do século XIX também constituíram o ponto de partida para a crise final do império. Os fazendeiros do Oeste Paulista – principais beneficiários dessas transformações – reclamavam da inexpressiva representação política que tinham nos órgãos de governo da monarquia; por outro lado, queixavam-se da desproporção entre o dinheiro arrecadado por São Paulo – cerca de um sexto da renda total do país – e o que lhe era devolvido pelo governo central.

Para Martins (1996, p. 162): “Assim, esses fazendeiros passaram a criticar a monarquia e a propor um regime republicano e federalista, com maior autonomia para as províncias”.

Santos (1989, p. 28-30) fala que:

As críticas à monarquia também tiveram o apoio das camadas médias urbanas, que viam o regime monárquico como um obstáculo ao progresso do país. Essas camadas, em especial seu núcleo intelectualizado, criaram associações e partidos republicanos em todo o país daquela época.

A esses setores descontentes vieram juntar-se os militares. Estes haviam participado da guerra vitoriosa contra o Paraguai entre 1865 e 1870, mas, na volta para o Brasil, não encontraram condições econômicas e prestígio político condizente com sua posição. Enquanto os soldados reagiram a essa situação com um aumento generalizado da indisciplina, os jovens oficiais organizaram uma forte pregação moralista, que apresentava os civis como corruptos e desonestos, em oposição a eles, militares, que se auto-apresentavam como puros e patriotas. Os oficiais militares passaram a ser procurados por vários líderes republicanos que buscavam apoio para a derrubada do império.

Dreguer e Toledo (1995, p. 109) fala que:

Enfim, em novembro de 1889, selou-se a união entre os militares e os membros do Partido Republicano Paulista e do Rio de Janeiro, que impôs o fim do império em 15 de novembro daquele ano. As três forças que levaram a derrubada da monarquia – fazendeiros do Oeste paulista, militares e camadas médias urbanas – dividiram-se quanto às características do regime republicano que iria ser implantado. Devido à sua maior força econômica e política, os fazendeiros acabaram tornando-se hegemônicos no controle da nova república. As demais camadas da população, em especial os trabalhadores rurais, que eram maioria, não foram afetadas pela república, que manteve inalteradas as bases da nossa economia.

A mudança do regime não trouxe para os trabalhadores nenhuma conquista importante, suas condições de trabalho continuaram precárias, e a classe dos fazendeiros permaneceram dando as cartas na política nacional, que é bem compreensível devido ao seu poder econômico.

5.7. O Brasil do café-com-leite

Após a proclamação da República, em 1889, os militares assumiram o poder, indicando como presidente o Marechal Deodoro da Fonseca. Através de uma nova Constituição – promulgada em fevereiro de 1891 –, os novos governantes caracterizaram o Brasil como uma república federativa, na qual as antigas províncias – agora denominadas Estados – teriam autonomia para eleger seus presidentes, manter força policial própria e fazer empréstimos no exterior. Tal definição respondia aos interesses dos grandes fazendeiros do Centro-Sul, que havia muito tempo reivindicavam a autonomia

administrativa.

Por outro lado, a nova constituição procurou garantir o direito à liberdade religiosa e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Estendeu também o direito de voto a todos os homens maiores de 21 anos e alfabetizados, sem restrição de renda. Contudo, o grande poder alcançado pelos latifundiários do Centro-Sul, bem como pelos fazendeiros das demais regiões, permitiu-lhes continuar controlando as eleições através de fraudes e da violência.

Ao mesmo tempo que definia a organização político-administrativa da República, o governo provisório introduziu uma nova política econômica, visando incentivar a industrialização através da emissão de uma grande quantidade de moeda e do aumento das tarifas alfandegárias dos produtos importados. Concederam-se, também, facilidades de empréstimos para os empresários. A grande quantidade de dinheiro em circulação propiciou a criação de muitas empresas, mas acarretou um aumento significativo nos preços. A crise econômica resultante, aliada às divergências entre os poderes Executivo e Legislativo, levou ao aumento da oposição ao governo e à queda do presidente Deodoro. Ele acabou renunciando em novembro de 1891, sendo substituído por seu vice, Marechal Floriano Peixoto.

Floriano cumpriu o restante do mandato, ainda que com forte oposição, e entregou o poder a um sucessor civil eleito, Prudente de Moraes. Iniciava-se assim um período de preponderância dos grandes latifundiários do Centro-Sul no governo do país. Tal preponderância foi garantida pela realização de acordos entre os fazendeiros das diversas regiões. O governo central – concentrado nas mãos dos latifundiários de São Paulo e Minas Gerais – estava sustentado em acordos com os fazendeiros das demais regiões do país. Isso não impediu o surgimento de focos de oposição, liderados por fazendeiros excluídos das alianças regionais.

Por esses acordos, os fazendeiros – conhecidos como “coronéis” – assumiam o compromisso de garantir a eleição de deputados ao congresso Nacional que fossem favoráveis ao governo central. Por sua vez, o governo central se comprometia a não interferir nas eleições estaduais, respeitando a autoridade local dos fazendeiros. O exercício dessa autoridade lhes proporcionava poder e prestígio; estabelecendo laços de parentesco, tornavam a população local obediente e dependente. Verdadeiros senhores regionais, os coronéis submetiam a massa de pequenos proprietários e trabalhadores sem terra de uma extensa área. Essa prática, dominante por muito tempo no Brasil, é chamada de coronelismo, como já foi explicado em capítulo anterior.

Os trabalhadores procuravam resistir à exploração dos coronéis de diversas formas: revoltas, formação de bandos de assaltantes e migração para as cidades. Outra forma de resistência às duras condições de vida nos campos era juntar-se a grupos religiosos, seguindo as orientações e pregações de líderes conhecidos como beatos, que percorriam o sertão e atraíam grande número de adeptos.

Tanto os bandos como as comunidades religiosas foram reprimidos por forças locais comandadas pelos fazendeiros e por tropas enviadas pelo governo central.

Por outro lado, o crescimento das atividades agrícolas – em especial da cafeicultura – gerava lucros excedentes que eram investidas no comércio e na indústria. Começavam a se delinear as primeiras metrópoles brasileiras, onde se concentravam novos personagens: industriais, operários e camadas médias.

Enfim, esse período foi marcado pela consolidação do domínio dos fazendeiros e, ao mesmo tempo, pelas tentativas de contestação desse poder por novos personagens.

5.8. Terra e poder²

Defensores das idéias de progresso e de modernização, os grandes latifundiários do Centro-Sul, lutaram contra o Império – pois consideravam o regime monárquico um entrave às reformas modernizadoras. Após o breve período de governos chefiados por militares, os grandes fazendeiros conseguiram chegar ao poder. Utilizavam-se de métodos eleitorais baseados na violência, em fraudes e na compra de votos, fazendo com que as oposições continuassem excluídas do poder, como já ocorria no Império.

Além de controlarem a economia do país, os fazendeiros conseguiam sempre obter a maioria dos cargos na Câmara e no Senado da República, bem como eleger um representante seu para a presidência da República. Controlaram o poder em toda a primeira fase da República brasileira (1889-1930), conhecida como a época da “política do café-com-leite”, pois alternavam-se no poder os cafeicultores de São Paulo e os pecuaristas de Minas Gerais. São Paulo e Minas eram os Estados economicamente mais fortes e mais populosos.

5.9. Trabalhadores urbanos³

² Fonte: AQUINO, Rubim S. L. et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Apesar de a maioria da população brasileira viver e trabalhar nos campos, aumentou nesse período o número de trabalhadores urbanos. Grande parte deles eram imigrantes europeus que deixavam as fazendas do interior – italianos, espanhóis, portugueses. Não possuíam dinheiro suficiente para estabelecer seu próprio negócio; empregava-se, então, nas indústrias que surgiam nas grandes cidades. Enfrentavam jornadas de até dezesseis horas de trabalho, sem direito a férias ou aposentadoria. Os estrangeiros não tinham sequer direitos políticos. Essa dura situação originou fortes movimentos de protesto, como veremos a seguir.

O crescimento urbano gerou também uma série de novas ocupações, criando outra categoria de trabalhadores: empregados de hospitais, bancos, comércio, escritórios de empresas. Houve um grande aumento do número de funcionários públicos e de militares, que se dividiam basicamente em dois grupos: de um lado os altos oficiais e, de outro, os soldados, cabos, sargentos e tenentes, de origem mais modesta.

Conforme Cotrim (1996, p. 105):

Para estes, a carreira militar aparecia como uma possibilidade de ascensão social, que, na prática, raramente ocorria. Por isso acabaram tornando-se expressão do descontentamento de uma parcela da sociedade contrária ao sistema econômico e político vigente.

De acordo Cotrim (1996, p. 107), os outros personagens importantes na sociedade que formavam o que ficou conhecido como “camadas médias urbanas”, eram o conjunto de profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados e professores) e também imigrantes que abriram pequenos negócios e se estabeleceram como alfaiates, barbeiros, sapateiros e donos de padarias.

5.10. Industriais

A maior parte dos industriais brasileiros era formada por fazendeiros do café que diversificavam investimentos, aplicando seus lucros em pequenas indústrias de produtos de consumo básico, acessíveis ao baixo poder aquisitivo da maioria da população.

Outros eram originários do comércio, especialmente das casas exportadoras de café ou importadoras de produtos europeus. Além desses, havia ainda um

³ Fonte: AQUINO, Rubim S. L. et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

reduzido grupo de imigrantes que chegavam ao país com dinheiro para iniciar seu próprio negócio. Em alguns casos eles deram origem a complexos industriais, como aconteceu com as famílias Matarazzo, Crespi, Klabin, Jaffet, Gambá, Street (COTRIM, 1996, p. 107).

De acordo com o autor, os industriais tendiam a apoiar o governo controlado pelos fazendeiros, apoio retribuído especialmente nos momentos de greves operárias, quando as forças policiais eram chamadas para reprimir o movimento. Contudo, em alguns momentos as relações entre esses setores da classe dominante estiveram tensas: os industriais reivindicavam uma política de desenvolvimento industrial, com taxaço dos manufaturados e importados. Alegavam que, sem essa proteço, seus produtos não teriam condições de competir com as mercadorias estrangeiras. Como o governo priorizava o apoio aos agricultores, especialmente do café, favoráveis à livre entrada dos importados e defensores da “vocaço agrária” da economia nacional, nem sempre a relação com os industriais foi tranqüila.

Oliveira (1977) fala que um dos maiores problemas enfrentados pela nascente República foi o econômico: a produção mundial de café estava se tornando maior que o consumo, provocando a queda no seu preço. Como principal produto econômico do país na época, o café era também a base do poder político e principal fonte de lucro dos grandes fazendeiros do Centro-Sul. Apesar da queda dos preços, a elite agrária continuou a aumentar a produção. Entretanto, em 1902 quando a diferença entre a produção de café e o volume consumido no exterior começou a se ampliar, gerando uma grave crise, os fazendeiros para não reduzir a quantidade de café produzida, buscaram uma solução que fizesse diminuir a oferta.

Os governadores dos principais Estados produtores – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – assinaram, em 1906, o chamado Convênio de Taubaté. Eles se comprometiam a comprar a parte excedente do café produzido e a estocar as sacas até que o preço estivesse em alta. Para fazer frente a esse compromisso, os governadores tomaram dinheiro emprestado de bancos estrangeiros, o que contribuiu para elevar a dívida externa, recaindo suas conseqüências sobre toda a população⁴. Com essa política em prática, e os fazendeiros puderam continuar plantando café, chegando, em alguns casos, a aumentar a produção. O que parecia ser a solução só adiou a ocorrência de uma crise mais grave.

Santos (1994, p. 109) coloca que:

Como isso obrigava à emissão de grande quantidade dinheiro, o governo acabava

⁴ Fonte: **História Cotidiana e Mentalidades – Da Hegemonia Burguesa à Era das incertezas – Séculos XIX e XX**, Vol. 4, 1995.

colaborando para a desvalorização da moeda brasileira – o mil-réis –, aumentando o custo de vida. O governo federal também passou a realizar prática semelhante, a partir de 1918. Consolidava-se, portanto, uma política que beneficiava os fazendeiros, em detrimento de outros segmentos da sociedade, o que gerava a resistência daqueles que se sentiam prejudicados.

Fica bem evidenciado nesta passagem da história nacional uma prática comum, o Estado brasileiro sempre ampara o seguimento da sociedade com maior poder econômico, conseqüentemente maior poder político neste caso os cafeicultores, em detrimento dos seguimentos com menor poder de organização e barganha.

5.11. A organização da classe operária

Marglin (1980, p. 56-59) diz que:

As primeiras organizações de trabalhadores no Brasil foram as Sociedades de Socorro Mútuo, surgidas nas últimas décadas do século XIX. Tinham como objetivo promover uma proteção mínima aos trabalhadores associados, organizando serviços médicos e auxílio em caso de doença, desemprego, invalidez e funeral. Já no início do século XX, os trabalhadores se empenharam na formação de ligas, sindicatos e federações operárias. A maioria dessas organizações, fundadas por militantes anarquistas e socialistas, inspirados no sindicalismo europeu, contribuiu para a eclosão dos primeiros grandes movimentos de protesto dos operários, que passavam a valorizar menos os aspectos assistencialistas e mais a organização e a luta política.

Nesse período, ocorreram grandes ondas grevistas. Uma delas, a greve geral de 1907, que praticamente paralisou a cidade de São Paulo, com a reivindicação da jornada de oito horas de trabalho. Em 1912 e 1913, várias categorias paralisaram suas atividades. A grande greve geral de 1917 chegou a paralisar a capital paulista por alguns dias e desencadeou uma série de movimentos semelhantes em outros pontos do país. Os trabalhadores exigiam direitos já conquistados pelos operários europeus: redução da jornada para oito horas, melhores condições de trabalho e proibição do trabalho infantil.

Marglin (1980, p. 61) fala:

Como resposta às reivindicações, aumentou a repressão policial: prisões em massa, deportações de líderes imigrantes, invasões e depredação das sedes de sindicatos e dos jornais operários, dispensas em massa e perseguição através de listas negras, criadas pelos patrões. No mesmo período, chegavam ao Brasil as idéias comunistas, impulsionadas pela vitória da revolução na Rússia. Muitos operários aderiram a tais idéias, inclusive alguns ligados às tendências anarquistas. A repressão policial e a influência comunista contribuíram para dividir o movimento, dando início a uma nova fase na luta operária no Brasil.

Aumentava assim o número de trabalhadores que defendiam uma nova forma de

organização da classe operária, tendo à frente o Partido Comunista.

CAPÍTULO VI

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

6.1. Conclusão

Este estudo que teve como objetivo geral compreender as origens da elevada concentração de renda no Brasil, procurou examinar os principais elementos que indicavam ser os determinantes desta heterogênea repartição das riquezas do país. De acordo com o contexto todo estudado e seguindo uma ordem cronológica chegou-se as seguintes conclusões:

A colonização do Brasil deu-se a partir de um desdobramento da expansão marítimo-comercial européia, aliado aos recém-formados Estados centralizados, propiciado pelo aumento da atividade comercial, os capitais acumulados necessitavam de aplicação, e coordenados pelos novos Estados modernos, estes capitais são mobilizados para uma atividade econômica rentosa para a burguesia mercantil européia e por conseguinte transformando as colônias em um instrumento de poder das metrópoles. Desta forma, os três primeiros séculos da história brasileira são caracterizados pela política colonial mercantilista, tendo no monopólio comercial com Portugal um fator marcante. Assim o Brasil-colônia serviu aos portugueses como um grande negócio, tendo na atividade primária exportadora a base da economia colonial. E dentro dessa base econômica a plantação de cana-de-açúcar em longa escala e a produção do açúcar, era sua principal atividade. E como essa atividade necessitava de grandes áreas para seu cultivo, nasce daí as grandes propriedades de terras. Como não era do interesse, nem tampouco da dinâmica da economia colonial, a pequena propriedade não era incentivada, caracterizando assim neste período o surgimento da concentração da terra e da renda nacional, e com um agravante, a maioria dos lucros das atividades no Brasil, era direcionada para a Europa. Além de que, com o modo de produção baseada na mão-de-obra escrava, este contingente não recebia nenhuma renda, a concentração ficava mais evidenciada.

Em um segundo momento da história nacional, a partir do século XVIII, com a descoberta das Minas Gerais, verificasse um enorme crescimento da colônia, com um grande ciclo migratório português e a ampliação da economia. O ciclo do ouro dinamiza outros setores da economia, como a produção de alimentos e o tráfico intenso da mão-de-

obra. Neste período se dissemina a reivindicação pela posse da terra, e a política de doação por sesmarias fazia-se insuficiente às novas necessidades. No final do século XVIII, a ocupação do território tornasse ainda mais complicado, com a decadência da mineração e o renascimento da atividade agrícola.

De acordo com Pinto (2004, p. 2), “no início do século XIX, a questão da posse da terra tinha alcançado uma situação caótica – não existia um ordenamento jurídico que possibilitasse qualificar quem era ou não proprietário de terras”. Com a vinda de Dom João VI acontece a primeira mudança na legislação agrária, permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros, que se instalam no Sul do país num processo de formação de pequenas propriedades rurais, que só foi possível, aos que não tinham recursos, através do sistema de posses, apropriando-se de terras não cultivadas, aí trabalhando adquiriam direito sobre as mesmas.

Nos primeiros 50 anos do século XIX, diante de grandes disputas políticas entre facções da sociedade com projetos antagônicos, e já dentro do ciclo do café é que se desenha o quadro sócio-econômico e político que perduraria até 1930, com algumas variações.

Surge no Brasil o incentivo a emigração européia com objetivo de substituir a mão-de-obra escrava por trabalhadores livres. Sabia-se que não era interesse dos produtores de café em concorrer com novos potenciais produtores. A partir deste interesse da classe dos fazendeiros é que D. Pedro II promulgou em 1850 a Lei de Terras, que definiu como seria constituída a propriedade de terras no Brasil. Desta forma o encarecimento da terra e a valorização artificial da propriedade, impossibilitou os estrangeiros e os escravos libertos de adquirirem um pedaço de chão, obrigando-os a servirem de mão-de-obra barata nas grandes fazendas.

Além disso, a Lei de Terras possibilitou a legalização como propriedade privada as grandes extensões da terra na forma de latifúndio, isso graças a propina e a conchavos políticos. A grande concentração de terras que tem seu marco histórico neste período, prolonga-se até nossos dias com pequenas variações, e com conseqüências graves no desenvolvimento do país. Em plena efervescência do capitalismo e da indústria nos países centrais, o Brasil sentava-se sua base econômica na monocultura de produtos primários para exportação.

Seguindo a cronologia, ocorre a queda da Monarquia e nasce a República, o café continua sendo o motor da economia, uma incipiente industrialização surge em função da dinâmica do setor cafeeiro. Grandes levadas de imigrantes europeus e japoneses chegam ao

país para se juntarem ao contingente de negros libertos, formando uma grande massa de trabalhadores que serviriam de mão-de-obra barata nas grandes fazendas.

Mas nem todos conseguem colocação no campo, e não tendo condições de adquirirem uma propriedade, migram para as cidades. A industrialização que poderia absorver esses trabalhadores retarda devido ao choque de interesses da classe hegemônica na política e na economia (os cafeicultores) com a nova classe dos industriais. Desta forma entra em cena mais um determinante da elevada concentração da renda e da riqueza do país, a industrialização tardia.

Dentro do contexto já exposto, a industrialização tardia no Brasil foi condicionada por três elementos principais. De acordo com Melo (2004) o primeiro refere-se à natureza do processo social de acumulação, no qual verifica-se que a posição subordinada da economia brasileira na economia mundial, está determinada tanto pelo lado da realização do capital cafeeiro quanto pelo lado da acumulação do capital industrial. E esta dependência é resultado da não formação de forças produtivas capitalistas. O segundo elemento é referente ao modo como foi estruturado o mercado de trabalho brasileiro, o fato de ter perdurado, após a abolição da escravidão, um enorme contingente de trabalhadores não incorporáveis ao mercado de trabalho que estava em expansão. Este aspecto (segundo o mesmo autor): “foi responsável tanto pela manutenção de uma estrutura concentrada de renda e da riqueza, quanto pela reprodução da pobreza e da marginalização social no campo e mesmo nas cidades”.

Esta situação tornou-se ainda mais grave com os grandes movimentos migratórios (importação de mão-de-obra estrangeira) no começo do século XX, criando um mercado de trabalho de base muito ampla, com grande excedente estrutural de mão-de-obra. O terceiro elemento diz respeito às “dimensões estreita e subordinada do mercado interno em relação à dinâmica comportamental do complexo cafeeiro”, em outras palavras, a indústria brasileira até 1930, depois esse padrão muda, era voltado ao complexo cafeeiro, sendo de pequena amplitude.

A partir daí segue-se outros dois processos de industrialização no Brasil, que não foram tratados neste estudo: o primeiro que compreende o período entre 1933/55 e o segundo concretizado em 1956/61 no período JK. Nenhum desses processos favoreceu a uma melhor distribuição da renda. Juntamente com esses determinantes expostos, causadores da desigual distribuição da renda e da terra, chega-se a conclusão que outro elemento importantíssimo colaborou e ainda colabora para a manutenção desta lamentável realidade, é a ineficiência ou falta de interesse dos parlamentares e homens públicos em

promover as reformas de base que poderiam mudar esta estrutura tão injusta.

6.2. Recomendações

O conteúdo deste trabalho compreende um espaço de tempo extenso, e abordou um tema complexo e bastante abrangente. Procurou dar uma visão geral da concentração da riqueza e da renda no Brasil. Desta forma fica a vontade e a necessidade de se aprofundar a pesquisa em alguns pontos, e de entrar em outros pontos não abordados. A riqueza cultural das inúmeras facetas da nossa história empolga e dá margem a novos estudos. Como por exemplo, a economia de subsistência é um tema de relevância de nossa história, podendo ser alvo de um estudo mais aprofundado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rubim S. L. et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de economia.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. V. 1. p. 406-422.

CAPARROZ, João Miguel. **Concentração de terras no Brasil – 1940-1985.** Disponível em: http://www.estudando.com/economia/teses/concentração_terras_hm. Acesso em: 21 ago. 2004.

CARDOSO JR., José Celso. **Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930-2000.** Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2005.

COTRIM, Gilberto. **Consolidação do capitalismo e Brasil Império.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Eliete. **Da hegemonia burguesa à era das incertezas: séculos XIX e XX.** São Paulo: Atual Editora, 1995. V. 4.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1977.

KOOGAN/HOUAISS. **Enciclopédia e dicionário ilustrado.** Rio de Janeiro: Edições Delta, s.d.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **Paisagem e território.** São Paulo: Moderna, 1997.

MARGLIN, Stephen A. **Origem e funções do parcelamento das tarefas: crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **A organização do trabalho para além do confronto.** São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MULLER, Bernardo. **Uma análise comparativa da evolução histórica do sistema de propriedade de terras no Brasil e nos Estados Unidos.** Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/bmuller/terraeuabrasil.def.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2004.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva.** São Paulo: Difel, 1985. p. 47-63.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita: padrões de acumulação,**

oligopólios e Estado no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PINTO, Carlos Ignácio. **A lei de terás de 1850**. Disponível em: <http://www.klepsidra.net>. Acesso em: 10 ago. 2004.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANTOS, Oder José dos. **Princípios de uma história dos conflitos sociais**. Belo Horizonte: Hucitec, 1989/1991.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 1994.

SCHILLING, Voltaire. **História – Brasil – ascensão e queda do coronelismo**. Disponível em: <http://www.terra.com.br/voltaire/500r/coronelismo.htm>. Acesso em: 10 ago. 2004.

SILVA, Lúcia Maria Osório. **Terra, direito e poder: o latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira**. Disponível em: <http://www.unocamp.br/aba/boletins/b27/04/.htm>. Acesso em: 10 ago. 2004.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1973.